

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO
RURAL - SEAPDR
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS

Procedimento Licitatório nº 003/2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S. A. – CEASA/RS, senhor **Ailton dos Santos Machado**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará às 10 horas do dia 05/12/2022, Procedimento Licitatório nº 003/2022, maior oferta de preço, no modo disputa fechado, autorizado pelo Processo Administrativo Interno nº 0233/2022, regido pela Lei Federal Nº 13.303/16, Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da CEASA/RS e outras leis pertinentes no que couber, que serão recebidos pela Comissão Especial de Licitação, no dia, hora e local indicados os envelopes contendo documentação e proposta, que serão rubricados pela Comissão e Licitantes no Auditório da Companhia, localizada na Av. Fernando Ferrari, 1001, bairro Anchieta, no **dia 05 de dezembro de 2022 até às 10:00 horas** quando será dado o início à abertura da documentação.

1. DO OBJETO

A presente licitação destina-se a exploração de BOX (es), E-2 (pedrinha-comércio de frutas), Pavilhão A-8 (Central de Flores) e SOMBRITE, Lojas no setor B-1 (atípicos) e B-2 (peixaria), 01 loja para LANCHERIA no Pavilhão E-1 e outra no E-2, TC (Pavilhões de Desdobramento) e lojas no CUP-Centro de Utilidade Pública, situados no Mercado denominado CEASA/RS, através de Comerciantes, Atacadistas, Microempresários e Varejistas, de conformidade com o estabelecido no Regulamento do Mercado, vigente na data da adjudicação, observadas suas especificações técnicas, lavratura de Termo de Permissão Remunerada de Uso e conseqüente credenciamento para operacionalização dos espaços dentro das características descritas no Anexo I



CEASA/RS

2. ENTREGA DOS ENVELOPES

2.1. Os interessados em participar da presente licitação, deverão entregar no dia 05 de dezembro de 2022, até às 10:00 horas, no Auditório da CEASA/RS, sito na Avenida Fernando Ferrari, 1001, Bairro Anchieta, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, envelopes devidamente fechados e indevassáveis, sendo:

- a) Um envelope com a designação A – DOCUMENTAÇÃO - contendo os documentos destinados à habilitação e,
- b) Um envelope com a designação B – PROPOSTA - para cada BOX, destinado à apresentação de proposta do interessado.

2.2. Os envelopes deverão conter em sua parte externa as seguintes indicações:

- a) razão social ou nome do proponente;
- b) órgão destinatário (CEASA/RS);
- c) número deste Procedimento;
- d) número do(s) BOX(ES) e/ou LOJA, objeto da(s) proposta(s).
- e) data e horário de abertura.

3. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

O envelope A "DOCUMENTAÇÃO" para habilitação deverá conter os documentos a seguir relacionados e serem apresentados em original ou por qualquer processo de cópia que possibilite a leitura e entendimento, autenticada por Tabela de Notas, ou por um membro da comissão especial de licitação que possa conferir sua autenticidade, ou através de publicação em órgão de Imprensa Oficial:

3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do CPF do(s) diretor(es) ou sócio(s) responsável(eis) da Empresa (de todos os participantes da empresa – inclusive os sócios minoritários);
- b) Registro comercial, no caso de Empresa Individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição dos seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações ou da última consolidação em diante, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou,
 - a.1) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

a.2) Cópia da Inscrição do ato constitutivo e alterações subseqüentes, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

a.3) Cópia da cédula de Identidade e CPF do(s) diretor(es), administrador(es) ou sócio(s) responsável(eis) pela companhia

b) Autorização de funcionamento da Instituição Financeira no País, expedida pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL S/A, de acordo com o art. 18 da Lei 4595/64;

Os documentos deverão ser cópias autenticadas e/ou acompanhadas da via original, a fim de que um membro da comissão especial de licitação possa conferir sua autenticidade.

3.2. REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e independente da sua sede, para com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, na forma da lei;

d) Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento do encargo social instituídos por lei;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante à Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943, em consonância com a Lei nº 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação. Para tanto, o interessado deverá apresentar uma relação de clientes com respectivo telefone, em via original, em forma de declaração, devidamente assinado pelo interessado, a fim de comprovar a comercialização de produtos ou a prestação de serviços no(s) ramo(s) de atividade(s) pretendido(s).

3.3.1– QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

a) Registro ou Inscrição na entidade profissional competente, ou seja, Banco Central.

3.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis do último exercício social;

a.1.) Caso as empresas não possuam 12 (doze) meses, para a apresentação do exercício social (balanço), deverão apresentar balancetes, assinados por contador, dos meses em que esteve em atividade, até a data de abertura dos documentos;

a.2.) Para o interessado que tenha constituído sua empresa num período inferior a 06 (seis) meses, até a data da licitação, estará dispensado da comprovação de aptidão, conforme letra b.1, deste item. Deverá apresentar somente o Balanço de Abertura da empresa devidamente assinado pelo contador responsável.

b) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, apresentação de plano especial (microempresas e empresas de pequeno porte), insolvência e concordatas deferidas antes da vigência da Lei Federal nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

3.5. OUTROS DOCUMENTOS:

a) Declaração que o concorrente:

- Aceita integralmente as condições do presente Edital, bem como se responsabiliza pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscal e social resultante da Permissão;

- Assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados;

- Não ser declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 18, inciso II, do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da CEASA/RS;

- Que o licitante tem plena ciência dos termos do REGULAMENTO DE MERCADO da CEASA/RS e que visitou o(s) BOX (es) e aceita as condições em que se encontram.

b) Indicação e qualificação (nome, nº do RG e CPF) de quem subscreve os documentos e de quem assinará o Termo de Permissão de Uso, na hipótese de adjudicação da licitação;

c) A licitante fica obrigada a declarar, sob penalidades cabíveis, a superveniência dos fatos impeditivos da habilitação;

d) Declaração de que cumprirá ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

3.6 - OBSERVAÇÃO:

- a) Os documentos referidos no sub item 3.5 deverão ser apresentados em original.
- b) A não apresentação de qualquer documento solicitado nos itens 3.1 a 3.5 anteriores, implicará na inabilitação da proponente.
- c) Todos os documentos, preferencialmente, deverão ser apresentados na "ordem" correspondente aos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 do presente Edital.

4. PROPOSTA

O envelope B "PROPOSTA" deverá conter:

4.1. O nº do BOX e/ou local escolhido e o valor do preço inicial, obedecendo ao modelo fornecido com este Edital (Anexo II) devidamente preenchido.

4.1.1 – A proposta poderá ser feita para, no máximo, 05 (cinco) Boxes, localizados em área contíguas e/ou em pavilhões distintos.

4.1.2 – Comprou o cálculo do item anterior (4.1.1.) eventual espaço que já seja utilizado pelo proponente/licitante na CEASA/RS como titular ou cônjuge de titular de Permissão de Uso, ou por sócio ou empregado, ou os respectivos cônjuges, de pessoa jurídica já permissionária, ou ainda, por sociedade da que ela faça parte, como sócia, a pessoa física ou jurídica já permissionária, na forma do Art. 23 do Regulamento de Mercado. Caso a soma ultrapasse 05 (cinco) boxes, serão revogadas as permissões de uso dos locais que ocupava anteriormente, ressalvada a hipótese do art. 66 do Regulamento de Mercado quanto ao TPRU firmado antes de 17/01/2001.

4.2. Os preços iniciais estabelecidos no Anexo I, relativos as Especificações do Objeto, correspondem a cada um dos boxes;

4.3. O proponente deverá apresentar proposta individualizada para cada um dos boxes, relacionados no Anexo I, e que seja de seu interesse;

4.4. A proposta deverá ser apresentada (impressa ou datilografada) em 01 (uma) via, em papel da proponente, sem emendas, sem rasuras e sem ressalvas.

4.5. O licitante da proposta vencedora, deverá efetuar o pagamento através do recibo emitido pela Tesouraria da Ceasa/RS ou transferência bancária, devendo comprovar o recolhimento junto à CEL, após o encerramento da sessão licitatória, denominada classificação da seguinte forma:

- a) nos valores iniciais de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a integralidade do valor referido;
- b) nos valores iniciais que montem de R\$ 10.001,00 (dez mil e um reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
 - 50% (cinquenta por cento), no ato de divulgação dos resultados dos valores iniciais propostos;
 - 50% (cinquenta por cento), 30 (trinta) dias após a primeira parcela;

c) nos valores iniciais que montem em R\$ 25.001,00 (vinte e cinco mil e um reais) a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais):



CEASA/RS

- 40% (quarenta por cento), no ato de divulgação dos resultados dos valores iniciais propostos;
- 30% (trinta por cento), trinta dias após a primeira parcela;
- 30% (trinta por cento), sessenta dias após a primeira parcela.

d) nos valores iniciais de R\$ 35.001,00 (trinta e cinco mil e um reais) à R\$ 50.000,00 (cincoenta mil reais):

- 25% (vinte e cinco por cento), no ato de divulgação dos resultados dos valores iniciais propostos;
- 25% (vinte e cinco por cento), 30 (trinta) dias após a primeira parcela;
- 25% (vinte e cinco por cento), 60 (sessenta) dias após a primeira parcela;
- 25% (vinte e cinco por cento), 90 (noventa) dias após a primeira parcela.

e) nos valores iniciais acima de R\$ 50.001,00 (cincoenta mil e um reais):

- 15% (quinze por cento), no ato de divulgação dos resultados dos valores iniciais propostos;
- E o restante em 08 (oito) parcelas, vencíveis em 30 dias da entrada e assim, sucessivamente de 30 em 30 dias.

4.6- O não pagamento e/ou atraso das parcelas da proposta, implicará na revogação da "permissão uso" concedida, não sendo restituído qualquer valor pago anteriormente, nos termos definidos no item 4.5.

OBSERVAÇÃO:

A não apresentação da proposta de conformidade com os itens 4.1 a 4.6, implicará na desclassificação da proponente.

5. ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. No dia, local e horário previstos no item 2.1, a Comissão Julgadora procederá à abertura dos envelopes A, cujos documentos serão rubricados pelos seus membros e pelos concorrentes e/ou seus representantes.

5.2. Depois de examinada a documentação contida nos envelopes A, os concorrentes que não satisfizerem integralmente as exigências do item 03, serão declarados inabilitados, não se procedendo a abertura dos seus envelopes contendo a Proposta, que lhes serão devolvidos intactos, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

5.2.1. Caso necessite mais tempo para apreciar os documentos contidos nos envelopes A – "DOCUMENTAÇÃO", a Comissão poderá transferir o julgamento da habilitação para outra data, sendo tudo consignado na Ata dos Trabalhos.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. As propostas serão analisadas pela Comissão Julgadora a qual caberá a classificação das mesmas.

6.1.1. O julgamento das propostas será objetivo, levando-se em conta o melhor preço proposto para o local correspondente (maior oferta).

6.1.2. Havendo empate, será aplicado o artigo 36º do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da CEASA/RS, da seguinte forma:

I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - sorteio.

6.2. A CEASA/RS poderá solicitar por escrito esclarecimentos complementares a qualquer dos proponentes, durante a fase de julgamento das propostas.

6.3. Não será considerada para efeito de julgamento, qualquer vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.

6.4. À CEASA/RS fica reservado o direito de mediante as Normas e Princípios legais que regem a presente licitação:

- As propostas serão aceitas de acordo com critérios objetivos previamente estabelecidos na legislação;
- A rejeição de propostas acontecerá nos casos de não atendimento aos requisitos de habilitação ou de desclassificação, tudo conforme os critérios previstos no edital, não se admitindo julgamentos subjetivos;
- A anulação e revogação dar-se-ão nos casos previstos em Lei.

6.5. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

I - contenham vícios insanáveis;

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista;

V - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

6.5.1- A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

6.5.2- A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do caput.

6.6 - A Comissão Especial de Licitação, após a realização de todos os procedimentos licitatórios, com indicação do licitante vencedor no pleito, encaminhará o presente processo para decisão do Senhor Diretor-Presidente da CEASA/RS, a quem caberá a adjudicação do objeto ao licitante e, devida Homologação do processo licitatório.

7. DO CREDENCIAMENTO E DA PERMISSÃO DE USO

7.1. Homologada a Licitação, a CEASA/RS procederá ao credenciamento do adjudicatário, através da outorga do Termo de Permissão Remunerada de Uso, concedido em caráter pessoal e intransferível, através do qual fica assegurado ao Permissionário, nos termos da legislação vigente aplicável à espécie, o uso, a título precário, do objeto indicado no presente Edital, observadas as condições e exigências inerentes ao comércio e serviço a ser exercido.

Parágrafo Único: No prazo de 30 dias após assinatura do TPRU o novo permissionário deverá apresentar como documento de cadastro, atendendo ao Artigo 19º do Regulamento de Mercado, apólice de seguro referente às instalações por ele ocupadas, com cobertura para os eventos de roubo e furto.

7.2. Poderá a CEASA/RS revogar a permissão de uso a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, não cabendo ao então permissionário nenhum ressarcimento ou indenização dos valores dos preços pagos.

7.3. O Permissionário, ficará isento, do pagamento do Termo de Permissão Remunerada de Uso (TPRU) e taxas por 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Termo para proceder adequações no seu local ora adquirido. Transcorridos os 30 (trinta) dias o permissionário pagará os valores correspondentes ao TPRU e ao rateio, estabelecido no Parágrafo Segundo, da Cláusula Segunda (da remuneração à permitente) da Minuta do TPRU.

7.4. O permissionário que for adjudicado, somente receberá a(s) chave(s) do(s) BOX (ES), após a assinatura do Termo de Permissão Remunerada de Uso pela Diretoria da CEASA/RS.

7.5 – Após 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da assinatura do TPRU, fica o permissionário obrigado a apresentar, no setor de cadastro da CEASA/RS, ALVARÁ DA SAÚDE emitido pela Secretaria Municipal da Saúde sob pena de suspensão de sua permissão de uso.

8. DOS PRAZOS E SANÇÕES

8.1. Homologado e adjudicado o objeto da presente licitação, o contemplado terá um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da publicação do despacho homologatório, para formalizar o Termo de Permissão de Uso junto a CEASA/RS, através do órgão competente, iniciando efetivamente a operação do(s) BOX (es), sob pena de ser automaticamente considerado desistente pela CEASA/RS, que poderá, então, revogar a Permissão de Uso, que será considerado vago, e,

proceder a novo certame licitatório para o mesmo objeto, ou convocar o segundo classificado.

9. DO FUNCIONAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

9.1. O local (box ou loja) funcionará de acordo com o disposto no Regulamento do Mercado.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

- 10.1.1. declarado inidôneo por órgão ou entidade da Administração Pública;
- 10.1.2. inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/RS;
- 10.1.3. cujo sócio ou administrador seja sócio ou administrador de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 10.1.4. com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
- 10.1.5. submetido a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
- 10.1.6. em que o proprietário, sócio ou administrador preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em que familiar exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma do art. 8º do Decreto nº 48.705/2011;
- 10.1.7. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;
- 10.1.8. seja servidor ou empregado público da CEASA/RS ou, ainda, possua cargo em comissão ou de direção na mesma;

10.2. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista."

11. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

11.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a CEASA/RS o licitante que não apontar falhas ou irregularidades que porventura viciarem este Edital, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação desta Concorrência, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11.2. Dos atos da Comissão Julgadora cabem recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas; e
- c) anulação ou revogação da licitação.

12 - DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Maiores esclarecimentos, bem como informações complementares poderão ser obtidos junto à Comissão Especial de Licitação da CEASA/RS, nos horários de 09:00 às 12:00 horas, e de 14:00 às 17:00 horas ou pelo telefone comercial: **(51) 98522-7350 ou (51) 2111- 6627** ou pelo e-mail: **gerfin@ceasa.rs.gov.br**.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Se ocorrer a desistência do vencedor, após o pagamento do Lance/Proposta Inicial na tesouraria da CEASA/RS, este não terá direito a restituição deste valor.

13.2. A CEASA/RS, a seu exclusivo critério, poderá autorizar a execução de obras necessárias à correta comercialização dos produtos ou prestação dos serviços, cujas despesas ficarão sob responsabilidade do Permissionário ou através de parceria de investimentos, conforme previsão na Resolução de Diretoria 03/2008.

13.3. Os interessados deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes do Edital, bem como de todas suas condições gerais e peculiares, e dos seus anexos, não podendo invocar nenhum desconhecimento dos mesmos como fator impeditivo da apresentação da documentação exigida ou do previsto nas disposições pertinentes à espécie.

13.4. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico, serão atendidos no horário das 10:00 às 16:00 horas, pela equipe técnica da CEASA/RS, à Avenida Fernando Ferrari, 1001, Bairro Anchieta, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para os esclarecimentos necessários, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos envelopes.

13.5 – Os concorrentes participantes deste processo licitatório (empresa através do CNPJ e sócios através do CPF individual), deverão estar aptos perante ao CADIN/RS e CFIL – Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com o Estado, conforme Lei nº 11.389 de 25/11/99.

14. ANEXOS

Fazem parte integrante deste Edital:

- ANEXO I - Especificação do Objeto, acompanhado do valor do preço inicial;
- ANEXO II - Modelo de apresentação da proposta;
- ANEXO III - Minutas do Termo de Permissão Remunerada de Uso para Boxes, inclusive pedrinha do E-2 e Pavilhão A-8 – Central de Flores;
- ANEXO IV - Regulamento de Mercado da CEASA/RS;
- ANEXO V - Resolução de Diretoria Nº 004/2021 – Setorização com grupos de Produtos para os setores de comercialização;
- ANEXO VI - Resolução de Diretoria Nº 014/2002 – Galerias;
- ANEXO VII - Resolução de Diretoria Nº 003/2008 – Parceria Investimentos.
- ANEXO VIII - Resolução de Diretoria Nº 011/2002 – CIM –Pedrinha E-2
- ANEXO X - Resolução de Diretoria nº 003/2016 – Lancherias
- ANEXO XI – Resolução de Diretoria nº 008/2011 – Remanejos e Parcerias

Porto Alegre, 14 de outubro de 2022.



Ailton dos Santos Machado
Diretor Presidente



ANEXO I - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 003/2022 - PI 233/2022 - DATA: 05/12/2022 - 10:00 HS

1) Especificação do objeto I:

PAV	BOX	ÁREA REAL (m²)	ÁREA RATEIO (m²)	Valor TPRU* R\$/m²	Grupos Comercial RD-04/21	Preço Inicial (em R\$)
A-1	5, 15, 17	50	50	43,88	I, VII, XI	150.000,00
A-1	21, 23, 34	50	50	43,88	V	20.000,00
A-2	06, 07, 08, 17, 18, 19, 24, 34	50	50	43,88	II, X, XI	35.000,00
A-4	16, 18, 21, 26 (Log/Cozinha Indl)	50	18	26,33	XVII(1.17.3)	25.000,00
A-4	35	50	50	43,88	I, VII, XI	150.000,00
B-1	06	12	10	26,33	XVI	5.000,00
B-1	10	120	60	21,94	XIV, XVI(1.17.5)	45.000,00
B-2	01 (Peixaria)	67	67	21,94	XV	25.000,00
CUP	03, 07	90	90	43,88	XVI	25.000,00
D-1	2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 16, 18, 19, 20, 33, 34	50	50	43,88	III, IV, VII	51.000,00
D-2	33	50	50	43,88	III, IV, VII	51.000,00
E-1	00 (Lancheria)	9	9	43,88	XVII(1.17.2)	15.000,00
E-1	08 (Logística)	50	18	26,33	XVII(1.17.4)	25.000,00
E-1	33, 34, 35, 36, 37, 39, 40 (Comércio)	50	50	43,88	III, IV, VII	51.000,00
E-2	00 (lancheria)	9	9	43,88	XVII(1.17.2)	15.000,00
E-2	12 (Comércio)	50	50	43,88	III, IV, VII, IX	51.000,00
E-2	18, 20, 24 (Logística)	50	18	26,33	XVII(1.17.4)	25.000,00
E-2	Bancas e módulos(ME's) Planilha Anexo - Pedrinha	5	5	65,82	XII(CIMI)	1.000,00
E-3	13	50	50	43,88	III, IV, VII	51.000,00
E-3	19 (Logística)	50	18	26,33	XVII(1.17.4)	25.000,00
TC	48, 49	400	50	23,66	XVIII	139.500,00
A-8	02 (Sombrite)	90	16	43,88	VI	1.000,00
A-8	Módulos MCM3 20	16	16	15,35	VI	1.000,00

Observações importantes:

- Para os boxes que estão sendo licitados, fica mantida a isenção do TPRU e TAXAS no primeiro mês após a assinatura dos TPRU's, tendo em vista as necessidades dos Permissionário realizarem melhorias e adaptações nas lojas, para qualificar o ambiente da comercialização. Além da proposta inicial/lance mínimo, os permissionários deverão arcar com os valores de TPRU e taxas mensais especificadas no contrato de TPRU e em caso de inadimplemento com as correções monetárias acrescidas do valor mensal (especificadas no contrato de TPRU - Termo de Permissão Remunerada de Uso e/ou AU-Autorização de Uso). Salientamos que a liberação dos APPC's dos pavilhões, estarão condicionados à análise do CORPO DE BOMBEIROS e consequentemente liberação do ALVARÁ de Localização e aplicação de seguro dos boxes e lojas (Temporariamente não será exigido).
- Benfeitorias (escritório, câmara fria, etc...) existentes nos boxes/lojas ora licitados, são patrimônio da CEASA/RS ou eventualmente estão alienados e, portanto, não são de propriedade do futuro Permissionário da área objeto da presente licitação.
- Todas as reformas e adaptações internas necessárias, serão por conta do futuro Permissionário, ou na forma da RD-03/06 (parcerias), sendo que fica assegurada ao interessado, visita ao box/loja, antes do processo licitatório para verificar a situação do mesmo.
- De acordo com a Resolução de Diretoria nº 14/02 serão aceitas propostas de permissão, que configurem situações de até duas galenias (envolve no máximo 04 boxes - 02 boxes localização sul e 02 boxes localização norte), desde que dentro do mesmo setor de atividade. As necessárias adaptações correrão por conta do permissionário.
- As atividades a serem desenvolvidas nas áreas licitadas, deverão obedecer os critérios definidos pela Resolução de Diretoria 004/21 (Setorização).
5.1- As concessões de Permissão de Uso, deverão ter CNPJ específico para cada Setor.
- Para o espaço definido como CUP-03 e CUP-07, somente serão aceitas proposições para atividades de instituições financeiras, Escritórios de Representação, farmácias, bancários, Lojas de Artigos Eletrônicos, contempladas as legislações pertinentes.
- Os espaços definidos como módulos e bancas do "GNP-E2", deverão obedecer às regras estabelecidas pela RD-004/21 (pedrinha - CIMI).
- As Permissões com denominação de "Atípicos" (lojas do B-1), NÃO contempla atividade de lancherias, Restaurantes e Similares, não sendo, portanto, aceitas proposições para tal.
- A-8 - SOMBRITE: Lojas (cômodo aberto) para o Comércio de Plantas Ornamentais para Floricultura (arboricultura) com TPRU específico de 11.200 pontos e taxas de 15m².
- A-8 - Central de Flores: Módulos para "Micro Comerciantes": Comércio de Flores de corte, flores de vasos, folhagens e plantas com TPRU específico de 32.000 pontos e taxas de 16m².
- Pav. B-1: Loja 06 - com TPRU específico de 12.000 pontos e de taxas de rateio para 10 m² - Loja B-1 10 - com TPRU específico de 60.000 pontos e taxas de 60m².
- Pavilhão E-1 - As permissões de Uso no pavilhão "E" (corredor central à Leste - E1-08), são para atividade de "LOGÍSTICA", de produtos hortigranjeiros, adquiridos de Produtores e Permissionários da CEASA/RS, internamente à Central - com TPRU da área em 60.000 pontos e taxas de rateio para 18 m² (áreas com incentivo de logística - 60% do TPRU e 35% das taxas do box comercial).
- E-1 e E-2 - A Permissão E1-00 e E-2-00, tem a concessão para a atividade de "Lancheria" - conforme RD-04/21, havendo a necessidade de reformas, com TPRU específico de 18.025 pontos e taxas de 9m².
- A permissão de uso para o local Pav B-2/01 (Peixaria), é para produtos "Comércio de Pescados e Derivados", somente na condição de "congelados" Grupo XI, NÃO sendo permitidas operações de processamento, filetagem e/ou limpeza com TPRU da área em 67.000 pontos e taxas de rateio para 67 m².
- Al(s) permissões de uso dos locais Pav: A-1 Boxes 5, 15, 16 e 17, poderão comercializar produtos dos "Grupos expressos pela Resolução de Diretoria - RD-04/21;
- A permissão de uso do box A4-35, poderá comercializar produtos dos "Grupos expressos pela Resolução de Diretoria - RD-04/21;
- Permissão de Uso dos TC 48 - TC 49 para depósito e desdobramento de mercadorias (exclusivamente produtos hortigranjeiros), constantes no rol de concessão (TPRUS).
- Atividades de processamento, com depósito e desdobramento de mercadorias, na condição de adquiridas de Produtores e/ou Comerciantes regularmente cadastrados na CEASA/RS.
- Na forma do item "3" da Resolução de Diretoria 04/21, os Produtos frutas (Melão Espanhol-Melão Cantalupo e Orange), ficarão inseridos no Grupo dos opcionais (VIII), por período transitório de 01(um) ano. Após deverão ser removidos para o Grupo das Frutas (Grupo-III).

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2022

EMPRESA:

BOX Nº PAVILHÃO .:

VALOR DO PREÇO INICIAL PROPOSTO (em R\$):.....

MODALIDADE:

☐ à vista

☐ parcelada

Nome: _____

Assinatura: _____

ANEXO III **MINUTA**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO
RURAL - SEAPDR
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CEASA/RS

Termo de Permissão Remunerada de Uso – BOX / Pedrinha / TC
TPRU nº XXX/XX
PROCESSO ADMINISTRATIVO INTERNO Nº XXX/XX

Pelo presente **Termo de Permissão Remunerada de Uso - TPRU**, de um lado como **PERMITENTE** e assim adiante designada, **CEASA/RS - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul**, sociedade por ações, de economia mista, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, na Av. Fernando Ferrari nº 1.001, Bairro Anchieta, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº 92.983.147/0001-67 e com inscrição estadual nº 096/0541799, neste ato representada na forma estatutária pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor Técnico Operacionale, de outro lado, como **PERMISSIONÁRIO(A)** e assim adiante designado(a), **.....LICITANTE VENCEDOR(A).....**, estabelecida à, inscrita no CNPJ/MF sob nº e com inscrição estadual nº, neste ato representado por, (função na empresa) RG nº e CPF-MF nº, residente e domiciliado na rua.....nº....., Bairro....., Cidade - UF, firmam este instrumento de comum acordo, e na melhor forma de direito, para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira - Do Objeto. O presente instrumento tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo interno nº, Procedimento Licitatório nº xxx, regendo-se Lei Federal Nº 13.303/16, o Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da CEASA/RS e outras leis pertinentes, sujeitando-se, ainda, às disposições do Regulamento do Mercado Atacadista da CEASA PORTO ALEGRE e Resoluções de Diretoria aprovado pelo Conselho de Administração CEASA/RS, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto da presente Permissão de Uso a outorga pela PERMITENTE ao(à) PERMISSIONÁRIO(A), a título precário e oneroso, da área existente no equipamento denominado Mercado Atacadista de Porto Alegre da CEASA/RS, localizado na Av. Fernando Ferrari nº 1.001, identificada como **BOXPAVILHÃO.....**, com m² (.....metros quadrados), oriunda do processo administrativo interno nº, Procedimento Licitatório nº xxx.
- 1.2.** A presente Permissão tem como finalidade possibilitar ao(à) PERMISSIONÁRIO(A) a utilização da área identificada anteriormente, exclusivamente para a comercialização pelo sistema de atacado, de mercadorias relacionadas com os seguintes Grupos de Produtos:
- 1.2.1.** Grupo nº...(descrição);
- 1.2.2.** Grupo nº...(descrição).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

- 2.1.** Em razão da utilização da área entregue em Permissão de Uso, o(a) PERMISSIONÁRIO(A) pagará mensalmente à PERMITENTE:

2.1.1. O valor correspondente ao Termo de Permissão Remunerada de Uso - TPRU que deverá ser o equivalente a ...% (..... por cento) do valor do m² (metro quadrado), multiplicado pelo número de metros quadrados permissionados de acordo com a tabela de tarifas do período, perfazendo mensalmente R\$(.....);

2.1.2. O valor referente ao cálculo do rateio, realizado pela soma de todos os valores resultante do funcionamento e da operacionalização da área ocupada e das áreas de uso comum, notadamente aquelas oriundas do consumo de energia elétrica, de água e esgoto, de limpeza, higienização, desratização, manutenção e conservação, portaria, vigilância, serviços de informação, instalação e operação de sistema de sonorização e telefonia, seguro contra incêndio e vendaval e outros, divididos, mês a mês, pelo número de PERMISSIONÁRIOS(AS) existentes na área da CEASA/RS, e de acordo com a metragem da área ocupada por cada PERMISSIONÁRIO(A), os equipamentos instalados e o respectivo ramo de atividade, bem como de quaisquer outros encargos provenientes da operação da PERMITENTE e que vierem a ser instituídos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

3.1. Os valores do presente instrumento serão reajustados da seguinte forma:

3.1.1. Quanto a Permissão Remunerada de Uso - TPRU, o reajuste será anual, no mês de julho, de acordo com a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou do índice oficial que venha eventualmente a substituí-lo;

3.1.2. Quanto ao Rateio, o reajuste será conforme medição mensal dos itens apurados através de planilha de custos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O(A) PERMISSIONÁRIO(A) pagará mensalmente a PERMITENTE, por meio de boleto bancário, até o dia 1º(primeiro) do mês seguinte ao vencido:

4.1.1. Quantia decorrente ao Termo de Permissão Remunerada de Uso – TPRU;

4.1.2. Quantia decorrente de rateio que deverá acontecer juntamente com o pagamento do TPRU.

4.2. Vencido o prazo do pagamento, aplicar-se-á ao valor do débito, atualização monetária de acordo com a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e sobre este valor atualizado, aplicar-se-á ainda, multa de 10% (dez por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

4.3. A presente permissão remunerada de uso, poderá ser cancelada em decorrência de mora por parte do(a) PERMISSIONÁRIO(A) por prazo de 30 (trinta) dias contados do inadimplimento, sendo disponibilizado ao(à) PERMISSIONÁRIO(A) o contraditório e a ampla defesa.

4.4. Fica a cargo do(a) PERMISSIONÁRIO(A) o pagamento de todo e qualquer tributo incidente sobre a área permitida ou comércio ali exercido, qualquer que seja o sistema de lançamento ou cobrança.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1. O prazo para o início da permissão é de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da assinatura deste Termo.

5.2. O prazo de duração deste Termo de Permissão Remunerada de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da data da publicação no DOE, prorrogável a critério da PERMITENTE, através do respectivo termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS E DA CONSERVAÇÃO

6.1. As benfeitorias e instalações fixas que vierem a ser efetuadas pelo(a) PERMISSIONÁRIO(A) e que integrarão a estrutura e substância do imóvel passarão à propriedade da PERMITENTE tão logo sejam concluídas, independentemente de qualquer indenização.

6.2. A realização de quaisquer benfeitorias, obras e alterações só poderão ser realizadas com autorização expressa e por escrito da PERMITENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Dos Direitos

7.1.1. Da PERMITENTE:

7.1.1.1. Cassação da Permissão Remunerada de Uso, fundamentada de acordo com o Regulamento do Mercado Atacadista da CEASA PORTO ALEGRE/RS e Resoluções de Diretoria em vigência, independentemente de interpelação ou qualquer medida judicial, não tendo o(a) PERMISSIONÁRIO(A) direito de retenção ou indenização a qualquer título, presente ou futuro;

7.1.1.2. Designar funcionários para fiscalizar o cumprimento das cláusulas deste instrumento, notadamente as condições de conservação e segurança;

7.1.1.3. Ingressar na área cedida, esteja ou não presente o(a) PERMISSIONÁRIO(A) ou preposto, a qualquer tempo e hora, para:

- a) examinar ou retirar gêneros em perecimento;
- b) proceder à sua desocupação, caso abandonada a área cedida;
- c) fiscalizar a manutenção da higiene.

7.1.1.4. A CEASA/RS se reserva o direito, no caso de verificação de inadimplemento de qualquer uma das obrigações previstas neste instrumento, especialmente o pagamento mensal, previsto na cláusula segunda deste instrumento, a tomar todas as providências jurídicas, objetivando a cobrança judicial do débito.

7.1.2. Do(a) PERMISSIONÁRIO(A):

7.1.2.1. Receber a área descrita no Objeto deste contrato, nas condições em que se encontram.

7.2. Das Obrigações

7.2.1. Da PERMITENTE:

7.2.1.1. Dar Permissão de uso ao(à) PERMISSIONÁRIO(A), para a exploração da área descrita no Objeto;

7.2.1.2. Emitir, após cumpridas todas as exigências deste instrumento, formalmente, autorização para funcionamento do objeto;

7.2.1.3. Fazer a vistoria da área concedida quando da devolução por parte do(a) PERMISSIONÁRIO(A).

7.2.2. Do(a) PERMISSIONÁRIO(A):

7.2.2.1. Apresentar no setor de cadastro da PERMITENTE, até 30 (trinta) dias da assinatura deste TPRU, uma cópia da Apólice de SEGURO envolvendo o objeto descrito na Cláusula Primeira deste instrumento, com cobertura integral para eventuais acidentes na área interna, sob pena de suspensão da presente permissão de uso;

7.2.2.2. Efetuar, mensalmente, o pagamento ajustado em razão da utilização da área permissionada e a parcela correspondente ao rateio;

7.2.2.3. Atender com elevado padrão, mantendo em serviço, sempre, número suficiente de empregados;

7.2.2.4. Conservar e manter a área permitida em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza, segurança e higiene;

7.2.2.5. Manter permanentemente ocupada, 100% (cem por cento) da área objeto desta Permissão;

7.2.2.6. Não realizar obras ou benfeitorias, nem transferir a presente PERMISSÃO a terceiros sem que haja autorização expressa e por escrito da PERMITENTE;

7.2.2.7. Respeitar e cumprir integralmente o horário de funcionamento, diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, ficando proibido o funcionamento dos serviços objeto da presente licitação, fora das condições aqui estipuladas, salvo em caso excepcional devidamente autorizado pela PERMITENTE;

7.2.2.8. Instalar, às expensas próprias, na área para esse fim destinada, todo o equipamento - máquinas, móveis e utensílios ou benfeitorias e instalações fixas que venham a ser construídas, necessárias e indispensáveis ao funcionamento do objeto licitado, de acordo com



CEASA/RS

projetos (desenhos, detalhes e orçamentos) aprovados pela PERMITENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da autorização para início da permissão, os quais poderão ser retirados pelo(a) PERMISSIONÁRIO(A), desde que não afetem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta do(a) PERMISSIONÁRIO(A) as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;

7.2.2.9. Manter durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

7.2.2.10. Apresentar durante a execução deste Termo, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas neste instrumento, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

7.2.2.11. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais, encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente instrumento. No caso de inadimplência do(a) PERMISSIONÁRIO(A), não transferirá a PERMITENTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste instrumento;

7.2.2.12. Restituir a área permitida em perfeitas condições, pintadas e com reparação de quaisquer danos ou estragos verificados, findo ou rescindido o Termo de Permissão de Uso;

7.2.2.13. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar a PERMITENTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução deste instrumento, independentemente de outras cominações aqui avençadas ou legais a que estiver sujeita;

7.2.2.14. Instalar equipamentos e utensílios necessários ao bom atendimento ao público e ao cumprimento da Legislação Sanitária em vigor;

7.2.2.15. Apresentar no Setor de Cadastro da CEASA/RS, após 45 (quarenta e cinco) dias da assinatura do TPRU, ALVARÁ DE SAÚDE emitido pela Secretaria Municipal da Saúde, sob pena de suspensão de sua permissão de uso;

7.2.2.16. Fornecer dados sobre preços de venda e quantidades comercializadas e prestar outras informações que a PERMITENTE julgar necessárias para seu controle e oportuna divulgação;

7.2.2.17. O(A) PERMISSIONÁRIO(A) declara aceitar e se obriga a cumprir e fazer cumprir integralmente todas as disposições contidas no Regulamento do Mercado Atacadista de Porto Alegre da CEASA-RS em vigência e Resoluções de Diretoria em vigência, ou outras que a PERMITENTE adote ou venha a instituir para disciplinar o funcionamento da área permissionada, bem como as disposições previstas neste instrumento e todas as exigências legais e normativas que dizem respeito às suas atividades e à sua condição. O Regulamento referido nesta cláusula é parte integrante deste instrumento, assim como o serão todas as alterações que nele porventura ocorrerem.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. Sem prejuízo das hipóteses e condições de extinção dos contratos previstas no direito privado, a contratação poderá ser rescindida unilateralmente nas seguintes hipóteses:

a) pelo descumprimento de cláusulas contratuais, daquelas previstas no Regulamento de Mercado e Resoluções de Diretoria;

b) pela subcontratação total ou parcial do seu objeto, não admitidas neste contrato;

c) pela cessão ou transferência, total ou parcial, das obrigações do PERMISSIONÁRIO à outrem;

d) pela associação do PERMISSIONÁRIO com outrem, a fusão, cisão, incorporação, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, salvo se não houver prejuízo à permissão de uso e aos princípios da administração pública, se forem mantidas as mesmas condições estabelecidas no TPRU original e se forem mantidos os requisitos de habilitação;

e) pelo desatendimento das determinações dos prepostos da CEASA/RS;

f) pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio pela fiscalização;

- g) pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) pela dissolução da sociedade ou o falecimento do PERMISSONÁRIO;
- i) por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Diretor da área gestora do contrato, ratificada pelo Diretor Presidente, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- j) pelo descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis

8.2. Findo ou rescindido o Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMITENTE entrará de imediato e de pleno direito, na posse de área, sem que assista ao(à) PERMISSONÁRIO(A) qualquer direito à indenização ou compensação.

8.3. Findo ou rescindido o Termo de Permissão Remunerada de Uso, o(a) PERMISSONÁRIO(A), no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério da PERMITENTE.

8.4. Até a efetiva desocupação da área o(a) PERMISSONÁRIO(A) obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste instrumento.

8.5. A permissão de uso ora concedida é intransferível e poderá ser revogada a qualquer tempo, tanto por infringência às normas legais e regulamentares que disciplinam a matéria, ou quando configurada situação de conveniência e/ou oportunidade da PERMITENTE, sem que caiba ao(à) PERMISSONÁRIO(A) ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

9.1. No caso de infringência de qualquer das disposições do Regulamento do Mercado Atacadista de Porto Alegre da CEASA-RS e Resoluções de Diretoria em vigência, em especial a Resolução 004/2013, deste Termo e ou da legislação pertinente, disponibilizado o exercício legal do contraditório e da ampla defesa, não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada e considerada a natureza da infração, fica sujeito o Permissionário as penalidades previstas no Regulamento e na Resolução de Diretoria.

9.2. A aplicação de sanções não exime o(a) PERMISSONÁRIO(A) da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar a PERMITENTE.

9.3. Fica expressamente proibido ao(a) PERMISSONÁRIO(A), alugar, ceder ou emprestar, no todo ou em parte, a área cedida, bem assim, transferir o presente instrumento a terceiros, a título oneroso ou gratuito, certo de que o inadimplemento da avença ora feita rescinde o presente instrumento, de pleno direito.

9.7. Fica expressamente proibido o (a) PERMISSONÁRIO(A) incluir novos sócios, alterar razão social ou modificar cláusulas contratuais, sem o prévio conhecimento e consentimento expresso da PERMITENTE.

9.8. Quaisquer danos ocasionados ao local ou às suas instalações pelo(a) PERMISSONÁRIO(A) serão imediatamente reparados por este. Se dentro de 10(dez) dias, a contar da data de qualquer ocorrência, o(a) PERMISSONÁRIO(A) não tomar as providências, a PERMITENTE executará o serviço, cobrando inclusive judicialmente se for necessário, o seu custo sem prejuízo da faculdade de cessar a permissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

10.1. O(A) PERMISSONÁRIO(A) se responsabilizará civilmente por todos os danos causados nas dependências do objeto deste instrumento e por todos os danos causados por seus prepostos nas dependências da CEASA/RS, consoante artigo 927 e 932 do Código Civil e legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 de Lei 13.303/2016.



CEASA/RS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os signatários deste instrumento elegem o foro da Comarca de Porto Alegre/RS, para dirimir as questões eventualmente surgidas em decorrência da execução do previsto neste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2. E assim, por estarem de pleno acordo com os termos e condições pactuadas neste instrumento firmam as partes o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na presença das 2 testemunhas abaixo arroladas.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2.02x.

Xxx

Diretor Presidente – CEASA/RS

xxx

Diretor Técnico Operacional – CEASA/RS

xxxxxxxxx
PERMISSIONÁRIO(A)

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

MINUTA
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO
RURAL - SEAPDR
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CEASA/RS

Termo de Permissão Remunerada de Uso
TPRU nº XXX/XX - Pav.: A-8 – Comerciantes de Acessórios e Ornamentos e/ou para
Micromerciantes e Sombrite

PROCESSO ADMINISTRATIVO INTERNO Nº XXX/XX

Pelo presente **Termo de Permissão Remunerada de Uso - TPRU**, de um lado como **PERMITENTE** e assim adiante designada, **CEASA/RS - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul**, sociedade por ações, de economia mista, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, na Av. Fernando Ferrari nº 1.001, Bairro Anchieta, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº 92.983.147/0001-67 e com inscrição estadual nº 096/0541799, neste ato representada na forma estatutária pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor Técnico Operacionale, de outro lado, como **PERMISSIONÁRIO(A)** e assim adiante designado(a),**LICITANTE VENCEDOR(A)**....., estabelecida à e com inscrição estadual nº inscrita no CNPJ/MF sob nº e com inscrição estadual nº , neste ato representado por, (função na empresa) RG nº e CPF-MF nº residente e domiciliado na rua.....nº....., Bairro....., Cidade - UF, firmam este instrumento de comum acordo, e na melhor forma de direito, para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira - Do Objeto.

O presente instrumento tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo interno nº, Procedimento Licitatório nº xxx, regendo-se Lei Federal Nº 13.303/16, o Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da CEASA/RS e outras leis pertinentes, sujeitando-se, ainda, às disposições do Regulamento do Mercado Atacadista da CEASA PORTO ALEGRE e Resoluções de Diretoria aprovado pelo Conselho de Administração CEASA/RS Ata nº, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Permissão Remunerada de Uso a outorga pela CEASA/RS ao(à) PERMISSIONÁRIO(A), a título precário e oneroso, o direito de uso do espaço na **Central de Flores – Pavilhão A-8 - Módulo xx**, com xx m² (xxx metros quadrados), do Mercado Atacadista da CEASA/Porto Alegre, situado na Av. Fernando Ferrari, nº 1001, Bairro Anchieta, Porto Alegre/RS.

1.2. A Permissão aqui outorgada tem como finalidade possibilitar ao(a) PERMISSIONÁRIO(A) a utilização da área identificada exclusivamente para o segmento de 1) **Quando Comerciante de Acessórios e Ornamentos**: ACESSÓRIOS E ORNAMENTOS (não inclui plantas) para Floriculturas e/ou empresas afins do ramo de flores ou 2) **Quando Micro comerciantes**: Comércio de Flores de Corte, flores de vasos, folhagens e plantas.



CEASA/RS

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Em razão da utilização da área entregue em Permissão de Uso, o(a) PERMISSIONÁRIO(A) pagará mensalmente à PERMITENTE:

2.1.1. O valor correspondente ao Termo de Permissão Remunerada de Uso - TPRU que deverá ser o equivalente a ...% (..... por cento) do valor do m² (metro quadrado), multiplicado pelo número de metros quadrados permissionados de acordo com a tabela de tarifas do período, perfazendo mensalmente R\$(.....);

2.1.2. O valor referente ao cálculo do rateio, realizado pela soma de todos os valores resultante do funcionamento e da operacionalização da área ocupada e das áreas de uso comum, notadamente aquelas oriundas do consumo de energia elétrica, de água e esgoto, de limpeza, higienização, desratização, manutenção e conservação, portaria, vigilância, serviços de informação, instalação e operação de sistema de sonorização e telefonia, seguro contra incêndio e vendaval e outros, divididos, mês a mês, pelo número de PERMISSIONÁRIOS(AS) existentes na área da CEASA/RS, e de acordo com a metragem da área ocupada por cada PERMISSIONÁRIO(A), os equipamentos instalados e o respectivo ramo de atividade, bem como de quaisquer outros encargos provenientes da operação da PERMITENTE e que vierem a ser instituídos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

3.1. Os valores do presente instrumento serão reajustados da seguinte forma:

3.1.1. Quanto a Permissão Remunerada de Uso - TPRU, o reajuste será anual, no mês de julho, de acordo com a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou do índice oficial que venha eventualmente a substituí-lo;

3.1.2. Quanto ao Rateio, o reajuste será conforme medição mensal dos itens apurados através de planilha de custos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O(A) PERMISSIONÁRIO(A) pagará mensalmente a PERMITENTE, por meio de boleto bancário, até o dia 1º(primeiro) do mês seguinte ao vencido:

4.1.1. Quantia decorrente ao Termo de Permissão Remunerada de Uso – TPRU;

4.1.2. Quantia decorrente de rateio que deverá acontecer juntamente com o pagamento do TPRU.

4.2. Vencido o prazo do pagamento, aplicar-se-á ao valor do débito, atualização monetária de acordo com a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e sobre este valor atualizado, aplicar-se-á ainda, multa de 10% (dez por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

4.3. A presente permissão remunerada de uso, poderá ser cancelada em decorrência de mora por parte do(a) PERMISSIONÁRIO(A) por prazo de 30 (trinta) dias contados do inadimplemento, sendo disponibilizado ao(à) PERMISSIONÁRIO(A) o contraditório e a ampla defesa.

4.4. Fica a cargo do(a) PERMISSIONÁRIO(A) o pagamento de todo e qualquer tributo incidente sobre a área permitida ou comércio ali exercido, qualquer que seja o sistema de lançamento ou cobrança.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1. O prazo para o início da permissão é de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da assinatura deste Termo.

5.2. O prazo de duração deste Termo de Permissão Remunerada de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da data da publicação no DOE, prorrogável a critério da PERMITENTE, através do respectivo termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS E DA CONSERVAÇÃO

6.1. As benfeitorias e instalações fixas que vierem a ser efetuadas pelo(a) PERMISSIONÁRIO(A) e que integrarão a estrutura e substância do imóvel passarão à

propriedade da PERMITENTE tão logo sejam concluídas, independentemente de qualquer indenização.

6.2. A realização de quaisquer benfeitorias, obras e alterações só poderão ser realizadas com autorização expressa e por escrito da PERMITENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Dos Direitos

7.1.1. Da PERMITENTE:

7.1.1.1. Cassação da Permissão Remunerada de Uso, fundamentada de acordo com o Regulamento do Mercado Atacadista da CEASA PORTO ALEGRE/RS e Resoluções de Diretoria vigentes, independentemente de interpelação ou qualquer medida judicial, não tendo o(a) PERMISSONÁRIO(A) direito de retenção ou indenização a qualquer título, presente ou futuro;

7.1.1.2. Designar funcionários para fiscalizar o cumprimento das cláusulas deste instrumento, notadamente as condições de conservação e segurança;

7.1.1.3. Ingressar na área cedida, esteja ou não presente o(a) PERMISSONÁRIO(A) ou preposto, a qualquer tempo e hora, para:

7.1.1.3.1. examinar o local ora permissionado;

7.1.1.3.2. proceder à sua desocupação, caso abandonada a área cedida;

7.1.1.3.3. fiscalizar a manutenção da higiene.

7.1.1.4. A CEASA/RS se reserva o direito, no caso de verificação de inadimplemento de qualquer uma das obrigações previstas neste instrumento, especialmente o pagamento mensal, previsto na cláusula segunda deste instrumento, a tomar todas as providências jurídicas, objetivando a cobrança judicial do débito.

7.1.1.5. A PERMITENTE poderá, a seu critério, mediante prévio aviso, remanejar a área ora permitida, aplicando-se ao(a) PERMISSONÁRIO(A) as taxas de uso de novo local designado.

7.1.2. Do(a) PERMISSONÁRIO(A):

7.1.2.1. Receber a área descrita no Objeto deste contrato, nas condições em que se encontram.

7.2. Das Obrigações

7.2.1. Da PERMITENTE:

7.2.1.1. Dar permissão de uso ao(a) PERMISSONÁRIO(A), para a exploração da área descrita no Objeto;

7.2.1.2. Emitir, após cumpridas todas as exigências deste instrumento, formalmente, autorização para funcionamento do objeto;

7.2.1.3. Fazer a vistoria da área concedida quando da devolução por parte do(a) PERMISSONÁRIO(A).

7.2.2. Do(a) PERMISSONÁRIO(A):

7.2.2.1. Apresentar no setor de cadastro da PERMITENTE, até 30 (trinta) dias da assinatura deste TPRU, uma cópia da Apólice de SEGURO envolvendo o objeto descrito na Cláusula Primeira deste instrumento, com cobertura integral para eventuais acidentes na área interna, sob pena de suspensão da presente permissão de uso;

7.2.2.2. Efetuar, mensalmente, o pagamento ajustado em razão da utilização da área permissionada e a parcela correspondente ao rateio;

7.2.2.3. Atender com elevado padrão, mantendo em serviço, sempre, número suficiente de empregados devidamente habilitado e idôneo, exigindo perfeita disciplina e boa apresentação, bem como máxima urbanidade no trato com o público, não havendo entre a PERMITENTE e tais empregados qualquer vínculo especialmente trabalhista, previdenciário ou de infortunistica;

7.2.2.4. Conservar e manter a área permitida em perfeitas condições de limpeza e higiene com as instalações em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como os pertences integrantes da área, objeto da permissão, que declara receber em perfeito estado e na mesma forma restituí-la, finda a permissão, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias e devidamente autorizadas por escrito pela PERMITENTE, as quais ficam desde logo incorporadas ao prédio;

7.2.2.5. Manter permanentemente ocupada, 100% (cem por cento) da área objeto desta Permissão;

7.2.2.6. Não realizar obras ou benfeitorias, nem transferir a presente permissão a terceiros sem que haja autorização expressa e por escrito da PERMITENTE;

7.2.2.7. Respeitar e cumprir integralmente o horário de funcionamento, diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, ficando proibido o funcionamento dos serviços objeto da presente licitação, fora das condições aqui estipuladas, salvo em caso excepcional devidamente autorizado pela PERMITENTE;

7.2.2.8. Instalar, às expensas próprias, na área para o fim destinada, todo o equipamento, máquinas, móveis e utensílios ou benfeitorias e instalações fixas que venham a ser construídas, necessárias e indispensáveis ao funcionamento do objeto licitado, de acordo com projetos (desenhos, detalhes e orçamentos) aprovados pelo PERMITENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da autorização para início da PERMISSÃO, os quais poderão ser retirados pelo(a) PERMISSSIONÁRIO(A), desde que não afetem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta do(a) PERMISSSIONÁRIO(A) as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;

7.2.2.9. Manter durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

7.2.2.10. Apresentar durante a execução deste Termo, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas neste instrumento, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

7.2.2.11. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações e encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente instrumento. No caso de inadimplência do(a) PERMISSSIONÁRIO(A), não transferirá a PERMITENTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste instrumento;

7.2.2.12. Restituir a área permitida em perfeitas condições, pintadas e com reparação de quaisquer danos ou estragos verificados, findo ou rescindido o Termo de Permissão de Uso;

7.2.2.13. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar a PERMITENTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução deste instrumento, independentemente de outras cominações aqui avençadas ou legais a que estiver sujeita;

7.2.2.14. Instalar equipamentos e utensílios necessários ao bom atendimento ao público e ao cumprimento da Legislação Sanitária em vigor;

7.2.2.15. Fornecer dados e prestar informações que a PERMITENTE julgar necessárias para seu controle e oportuna divulgação.

7.2.2.16. O(A) PERMISSSIONÁRIO(A) declara aceitar e se obriga a cumprir e fazer cumprir integralmente todas as disposições contidas no Regulamento do Mercado Atacadista de Porto Alegre da CEASA-RS e Resoluções de Diretoria em vigência e ou outras que a PERMITENTE adote ou venha a instituir para disciplinar o funcionamento da área permissionada, bem como as disposições previstas neste instrumento e todas as exigências legais e normativas que dizem respeito às suas atividades e à sua condição. O Regulamento referido nesta cláusula é parte integrante deste instrumento, assim como o serão todas as alterações que nele porventura ocorrerem.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. Sem prejuízo das hipóteses e condições de extinção dos contratos previstas no direito privado, a contratação poderá ser rescindida unilateralmente nas seguintes hipóteses:

- a) pelo descumprimento de cláusulas contratuais, daquelas previstas no Regulamento de Mercado e Resoluções de Diretoria;
- b) pela subcontratação total ou parcial do seu objeto, não admitidas neste contrato;
- c) pela cessão ou transferência, total ou parcial, das obrigações do PERMISSSIONÁRIO à outrem;
- d) pela associação do PERMISSSIONÁRIO com outrem, a fusão, cisão, incorporação, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, salvo se não houver prejuízo à permissão de uso e aos princípios da administração pública, se forem



CEASA/RS

mantidas as mesmas condições estabelecidas no TPRU original e se forem mantidos os requisitos de habilitação;

e) pelo desatendimento das determinações dos prepostos da CEASA/RS;

f) pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio pela fiscalização;

g) pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

h) pela dissolução da sociedade ou o falecimento do PERMISSONÁRIO;

i) por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Diretor da área gestora do contrato, ratificada pelo Diretor Presidente, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

j) pelo descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis

8.2. Findo ou rescindido o Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMITENTE entrará de imediato e de pleno direito, na posse de área, sem que assista ao(à) PERMISSONÁRIO(A) qualquer direito à indenização ou compensação.

8.3. Findo ou rescindido o Termo de Permissão Remunerada de Uso, o(a) PERMISSONÁRIO(A), no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério da PERMITENTE.

8.4. Até a efetiva desocupação da área o(a) PERMISSONÁRIO(A) obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste instrumento.

8.5. A permissão de uso ora concedida é intransferível e poderá ser revogada a qualquer tempo, tanto por infringência às normas legais e regulamentares que disciplinam a matéria, ou quando configurada situação de conveniência e/ou oportunidade da PERMITENTE, sem que caiba ao(à) PERMISSONÁRIO(A) ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

9.1. No caso de infringência de qualquer das disposições do Regulamento do Mercado Atacadista de Porto Alegre da CEASA-RS e Resoluções de Diretoria em vigência, em especial a Resolução 004/2013, deste Termo ou da legislação pertinente, disponibilizado o exercício legal do contraditório e da ampla defesa, não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada e considerada a natureza da infração, fica sujeito o(a) PERMISSONÁRIO(A) as penalidades previstas no Regulamento e nas Resoluções de Diretoria.

9.2. A aplicação de sanções não exime o(a) PERMISSONÁRIO(A) da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar à PERMITENTE.

9.3. Fica expressamente proibido ao(a) PERMISSONÁRIO(A), alugar, ceder ou emprestar, no todo ou em parte, a área cedida, bem assim, transferir o presente instrumento a terceiros, a título oneroso ou gratuito, certo de que o inadimplemento da avença ora feita rescinde o presente instrumento, de pleno direito.

9.4. Fica expressamente proibido o(a) PERMISSONÁRIO(A) incluir novos sócios, alterar razão social ou modificar cláusulas contratuais, sem o prévio conhecimento e consentimento expresso da PERMITENTE.

9.5. Quaisquer danos ocasionados ao local ou às suas instalações pelo(a) PERMISSONÁRIO(A) serão imediatamente reparados por este. Se dentro de 10(dez) dias, a contar da data de qualquer ocorrência, o(a) PERMISSONÁRIO(A) não tomar as providências, a PERMITENTE executará o serviço, cobrando inclusive judicialmente se for necessário, o seu custo sem prejuízo da faculdade de cessar a permissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

10.1. O(A) PERMISSONÁRIO(A) se responsabilizará civilmente por todos os danos causados nas dependências do objeto deste instrumento e por todos os danos causados por seus prepostos nas dependências da CEASA/RS, consoante artigo 927 e 932 do Código Civil e legislação pertinente.



CEASA/RS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 de Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os signatários deste instrumento elegem o foro da Comarca de Porto Alegre/RS, para dirimir as questões eventualmente surgidas em decorrência da execução do previsto neste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2. E assim, por estarem de pleno acordo com os termos e condições pactuadas neste instrumento firmam as partes o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na presença das 2 testemunhas abaixo arroladas.

Porto Alegre, ____ de ____ de 202x.

Xxx

Diretor Presidente – CEASA/RS

xxx

Diretor Técnico Operacional – CEASA/RS

xxxxxxxxx

xxxxxxxxx

PERMISSIONÁRIO(A)

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome: _____

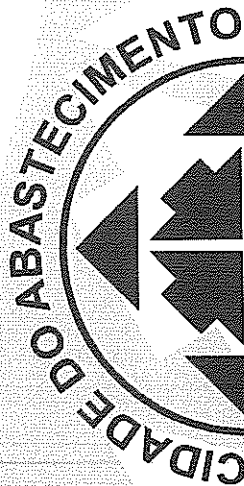
CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

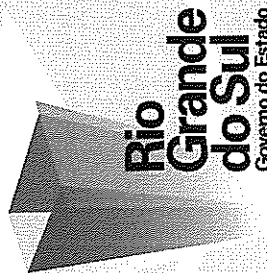
CPF: _____

REGULAMENTO DO MERCADO



CEASA/RS

Secretaria de Desenvolvimento
Rural, Pesca e Cooperativismo



www.ceasa.rs.gov.br

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL,
PESCA E COOPERATIVISMO
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL
CEASA/RS

REGULAMENTO DO MERCADO

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Artigo 1º - Entende-se por CEASA PORTO ALEGRE, aqui denominada CEASA para efeito deste regulamento, o Mercado Atacadista, composto das dependências e instalações localizadas na Avenida Fernando Ferrari nº 1001, Bairro Anchieta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à realização do comércio, prioritariamente de produtos hortifrutigranjeiros, bem como de outros gêneros perecíveis ou não, que venham a ser autorizados pela ADMINISTRAÇÃO.

CAPÍTULO II - DO FUNCIONAMENTO

Artigo 2º - O sistema de comercialização na CEASA, que compreende o conjunto de operações destinadas à comercialização das mercadorias introduzidas nas suas dependências e instalações, será o de "atacado", admitindo-se o semi-atacado e varejo, somente em áreas, locais e horários pré-determinados pela ADMINISTRAÇÃO, regulado através de expedientes específicos.

§ 1º - Considera-se comércio de "atacado" as operações de compra e venda que, de acordo com as especificações dos órgãos responsáveis ou da própria ADMINISTRAÇÃO, sejam realizadas por carregamentos inteiros, em número ou quantidade pré-fixados.

§ 2º - Também poderão ser prestados, por intermédio de terceiros, serviços de apoio necessários às atividades de comercialização.

Artigo 3º - O comércio e prestação de serviços necessários ao cumprimento dos objetivos da CEASA serão operados por terceiros, aqui denominados de Permissãoários e Autorizatórios, que submeter-se-ão ao presente Regulamento a ao

PI/SPI nº:	233	22
Sector:	CE	
Fls. nº:	35	
DATA:	13	10
Nome e Rubrica:	[assinatura]	

disposto nas cláusulas do respectivo Termo de Permissão Remunerada de Uso - TPRU e Autorização de Uso - AU, responsabilizando-se pelo pagamento integral dos valores constantes na Tabela de Tarifas, Preços e Outros Serviços, ora instituída, além dos encargos previstos no TPRU e na AU, em espaços delimitados, assim concebidos:

- I - Box - BOX;
- II - Centro de Utilidade Pública - CUP;
- III - Galpão Não Permanente - GNP;
- IV - Pavilhão para Depósito e Desdobramento - TC;
- V - Centro Incubador de Microempresas - CIM;
- VI - Galpão da Metância - GM.

§ 1º - O BOX, o CUP, o TC e o CIM serão operados por Permissionários escolhidos através de procedimentos licitatórios, realizado na forma da lei.

§ 2º - O GNP e o GM serão operados por Autorizatários, escolhidos através de seleção realizada pela ADMINISTRAÇÃO, obedecendo ao disposto nos Artigos 31 e seguintes deste Regulamento.

§ 3º - Excetua-se do § 1º, a operação desses espaços no período em que estiverem ociosos, compreendido entre a sua efetiva desocupação pelo Permissionário e o tempo necessário para realização dos procedimentos licitatórios para escolha de um novo Permissionário, pelo prazo inferior a 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, quando, neste caso, poderão ser operados por Autorizatários, a critério da ADMINISTRAÇÃO.

Artigo 4º - Os produtos comercializados e os serviços prestados serão classificados em grupos, através de expedientes específicos, obedecendo aos critérios formulados pela ADMINISTRAÇÃO, que serão eleitos de acordo com o acompanhamento da dinâmica de funcionamento da CEASA.

§ 1º - Poderão ser comercializados, numa mesma área, pelos Permissionários e Autorizatários, a exclusivo critério da ADMINISTRAÇÃO, um ou mais produtos, de acordo com a disponibilidade de área existente, podendo também, ser aglutinados em função do espaço, respeitando as características de comercialização de cada grupo.

§ 2º - Poderá a ADMINISTRAÇÃO, por sua iniciativa e mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ou por solicitação do Permissionário, reduzir a área permissionada ou

remanejar o Permissionário para outra área dentro da CEASA, desde que haja fundamentado interesse técnico-operacional.

Artigo 5º - A exposição de mercadorias será realizada dentro das normas técnicas correspondentes, principalmente no tocante à classificação e embalagem, as boas condições de higiene e aptas ao consumo humano.

Artigo 6º - As operações de compra e venda, bem como as condições negociais, serão realizadas livremente entre compradores e vendedores.

§ 1º - A ADMINISTRAÇÃO, com relação aos atos de compra, venda e pagamento, intervirá como mediadora quando solicitada.

§ 2º - Outras modalidades de comercialização poderão ser regulamentadas pela ADMINISTRAÇÃO, através de normas específicas, quando for o caso.

Artigo 7º - Com a finalidade de aferir o desempenho do sistema de comercialização, a ADMINISTRAÇÃO poderá fixar periodicamente o índice Específico de Eficiência - IEE, calculado com base no volume comercializado no período determinado, dividido pelo total de área permissionada, respeitando as características peculiares de cada grupo de produto, em especial a sua sazonalidade, bem como a localização geográfica da área dentro da CEASA.

Parágrafo único - Com base no IEE, será calculado um coeficiente mínimo a ser atingindo pelo Permissionário.

Artigo 8º - Não será permitida, no interior da CEASA, mais de uma operação de comercialização, para a mesma mercadoria.

Parágrafo único - Excepcionalmente, a ADMINISTRAÇÃO, a seu exclusivo critério, poderá autorizar mais de uma operação para a mesma mercadoria, quando necessário a melhoria do sistema de comercialização.

Artigo 9º - Salvo autorização expressa e fundamentada da ADMINISTRAÇÃO, dada a seu único critério, a utilização das dependências e instalações da CEASA será exclusivamente para o desenvolvimento das atividades indicadas neste Regulamento.

PI/SP/	12
Setor:	
Fis. nº:	36
DATA:	23/10/12
Nome e Rubrica:	

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10º - O gerenciamento da CEASA será exercido pela Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA/RGS, aqui denominada ADMINISTRAÇÃO, para único e exclusivo efeito deste Regulamento.

Artigo 11º - Cabe à unidade gerenciadora, no exercício de suas funções:

- organizar, orientar, administrar e fiscalizar o comércio e serviços, de forma a possibilitar o total e adequado aproveitamento das dependências e instalações da CEASA, bem como o pleno cumprimento dos objetivos do equipamento;
- orientar toda a estrutura administrativa interna da CEASA, no sentido de racionalizar as atividades, visando alcançar as metas a que propõe o equipamento;
- analisar a atuação dos Permissãoários e Autorizatórios, aplicando as penalidades, ou solicitando à instância competente o cancelamento definitivo da Permissão ou Autorização de uso;
- orientar os servidores à disposição da CEASA, na rotina de trabalho, na implantação e nas alterações dos procedimentos operacionais;
- emitir e encaminhar relatórios referentes ao desempenho do equipamento;
- tomar decisões em situações emergenciais e de imediata necessidade;
- administrar serviços de apoio ao mercado, tais como, informações de mercado; classificação, padronização e embalagem, monitoramento e orientação sobre qualidade dos produtos; balanças, dentre outros.

Artigo 12º - É assegurado à ADMINISTRAÇÃO o direito de, a qualquer tempo e hora, ingressar nas áreas de comercialização, esteja ou não presente o Permissãoário, Autorizatório ou seus prepostos, desde que seja para:

- examinar e/ou retirar gêneros sem as condições higiênico-sanitárias necessárias para sua comercialização;
- proceder à desocupação da área, em virtude de abandono ou por cancelamento da Permissão ou Autorização de uso;
- fiscalizar a manutenção da higiene;
- proceder a outras fiscalizações que se fizerem necessárias;
- proceder a encaminhamentos necessários em situações de emergência e;
- atender a determinações emanadas de autoridade competente.

Artigo 13º - Os integrantes da unidade gerenciadora e os servidores designados para exercer a fiscalização na CEASA, deverão estar devidamente identificados.

CAPÍTULO IV - DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Artigo 14º - A CEASA funcionará em dias e horários estabelecidos pela ADMINISTRAÇÃO, através de expedientes específicos e alterados sempre que for necessário, baseado em critérios formulados de acordo com o acompanhamento da dinâmica de funcionamento da CEASA.

§ 1º - Serão estipulados pela ADMINISTRAÇÃO, horários específicos para as diferentes atividades nas dependências da CEASA.

§ 2º - O desenvolvimento de qualquer atividade a ser realizada fora dos horários fixados dependerá de prévia e expressa autorização da ADMINISTRAÇÃO.

CAPÍTULO V - DA PERMISSÃO DE USO

Artigo 15º - Será considerado Permissãoário da CEASA toda pessoa jurídica, quando Firmas Comerciais, Prestadoras de Serviços, Cíveis, Cooperativas e Associações de Produtores, desde que o respectivo objetivo social seja compatível e condizente com a comercialização ou prestação de serviços do(s) pretendido(s) grupo(s) de atividades que obtenha da ADMINISTRAÇÃO a devida Permissão Remunerada de Uso de área para a realização de suas atividades comerciais ou prestação de serviços.

Parágrafo único - Os Permissãoários das áreas destinadas ao CIM, deverão necessariamente ser microempresas na forma da legislação vigente.

Artigo 16º - A ocupação de cada área da CEASA, através de Permissão de Uso, deverá ser precedida de procedimento licitatório, a ser processada por comissão especial.

Artigo 17º - Para cada Permissão de Uso, será celebrada um Termo de Permissão Remunerada de Uso - TPRU entre a ADMINISTRAÇÃO e o Permissãoário, a título precário, intransferível, remunerado e por tempo determinado, por cinco anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, indefinidamente, tendo por objetivo uma ou mais áreas delimitadas nas dependências da CEASA, nos termos deste

PI/SPI nº:	1
Sector:	
Fls. nº:	13 34
DATA:	13 / 10
Nome e rubrica:	(22)

Regulamento, para realização do comércio ou prestação de serviços especializados.

§1º - O TPRU será formalizado em até 30 (trinta) dias após a publicação do despacho homologatório da decisão, sob pena de revogação.

§2º - Uma vez formalizada a Permissão, o Permissionário terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para iniciar as atividades comerciais, salvo prorrogação explícita da ADMINISTRAÇÃO.

§3º - Esgotados os prazos citados nos Parágrafos 1º e 2º, e sem nenhum ônus para a ADMINISTRAÇÃO, a área será considerada disponível para nova licitação e o Permissionário não terá direito ao ressarcimento dos valores já pagos.

Artigo 18º - Formalizada a Permissão, proceder-se-á ao cadastramento do Permissionário, de acordo com o disposto no Capítulo IX deste Regulamento.

Parágrafo único - O Permissionário firmará ainda, por ocasião da ocupação da área, um Termo de Vistoria Inicial, onde constará a relação dos equipamentos e instalações e suas condições de conservação.

Artigo 19º - O Permissionário deverá apresentar à ADMINISTRAÇÃO, no prazo de 30 (trinta) dias após a formalização do TPRU, apólice de seguro referente às instalações por ele ocupadas, com cobertura para eventos de roubo e furto.

Parágrafo único - A ADMINISTRAÇÃO fica totalmente isenta de responsabilidade com relação a eventos porventura ocorridos e que não estejam cobertos por seguro.

Artigo 20º - O Permissionário poderá contar com o concurso de prepostos e empregados, sendo de sua inteira responsabilidade a observância integral da legislação trabalhista e previdenciária e recolhimento dos encargos delas decorrentes.

Parágrafo único - Os empregados e prepostos serão considerados procuradores dos Permissionários para efeito de recebimento de intimação, notificação, autuações e demais ordens administrativas, dirigidas ao Permissionário.

Artigo 21º - O Permissionário submeter-se-á ao presente Regulamento e ao disposto nas cláusulas do respectivo TPRU, responsabilizando-se pelo pagamento integral dos valores mensais constantes na Tabela de Tarifas, Preços e Outros Serviços da CEASA, ora instituída, além dos encargos previstos no TPRU.

Artigo 22º - Periodicamente, no prazo estabelecido pela ADMINISTRAÇÃO, e enquanto vigorar a Permissão de Uso, o Permissionário deverá providenciar, a revalidação de sua credencial, exibindo, na oportunidade, os documentos exigidos.

Artigo 23º - Cada Permissionário poderá operar, no máximo, em 5(cinco) BOX localizados em áreas contínuas e/ou em pavilhões distintos, respeitando o disposto no artigo 66 deste Regulamento.

Parágrafo único - Não será permitida a ocupação de outros BOX da CEASA, além do limite permitido neste artigo, por quem já seja titular ou cônjuge de titular de Permissão de Uso, ou por sócio ou empregado, ou os respectivos cônjuges, de pessoa jurídica já permissionária, ou ainda, por sociedade da qual faça parte, como sócia, a pessoa física ou jurídica já permissionária, ressalvados os casos em que a licitação resultar deserta.

Artigo 24º - Não serão admitidas, as transferências de grupos de produtos e/ou de prestação de serviços.

Artigo 25º - Ocorrendo o falecimento do Permissionário, a Permissão de Uso poderá ser mantida, observando-se, no caso, o que estabelece a legislação pertinente.

Artigo 26º - Em caso de aposentadoria ou invalidez do Permissionário ou titular da empresa permissionária, a Permissão de Uso poderá ser transferida a eventuais herdeiros ou sucessores, desde que haja interesse dos mesmos, mediante a devida comprovação desta condição, atendidas condições regulamentares e o que estabelece a legislação pertinente.

Artigo 27º - Sendo o Permissionário pessoa jurídica, antes de qualquer alteração no Contrato Social deverá ser submetido à apreciação da ADMINISTRAÇÃO as propostas de alteração, à qual se reservará o direito de conforme o caso, manter, adiar, sustar, cancelar e/ou assinar um novo TPRU.

§ 1º - O indeferimento da solicitação poderá ocorrer quando a alteração contratual acarretar comprovadamente prejuízos ao ramo de atividade e/ou infringir as normas deste Regulamento.

§ 2º - Caso a alteração contratual seja autorizada, será recolhida uma taxa correspondente, de acordo com a Tabela de Tarifas, Preços e Outros Serviços da CEASA.

PI/SP/PI nº:	
Sector:	
Fls. nº:	151.108
DATA:	12/10/2012
Nome e Rubrica:	

§ 3º - Quando a alteração contratual implicar, por qualquer razão, na mudança da Razão Social, o TPRU original será automaticamente cancelado e haverá assinatura de um novo TPRU.

§ 4º - Importando a alteração contratual em transferência de quotas de capital entre os sócios originários, o TPRU não será cancelado, salvo quando houver a passagem do controle acionário da empresa para novo sócio não originário, o que implicará no cancelamento e assinatura de novo TPRU.

§ 5º - Consideram-se sócios originários, aqueles constantes do Contrato Social quando do cadastramento como Permissionário.

§ 6º - Concluída e aprovada a alteração, o Permissionário obriga-se, ainda, a apresentar cópia do novo Contrato Social junto à ADMINISTRAÇÃO, acompanhado de Certidão Específica expedida pela Junta Comercial constando a situação da empresa e dos respectivos sócios, quando for o caso.

§ 7º - Quando a alteração contratual implicar na transferência de cotas ou capital para descendente de primeiro grau, o valor do TPRU original não será alterado.

Artigo 28º - Verificada a existência de áreas de comercialização vagas, a ADMINISTRAÇÃO fará realizar procedimento licitatório para seleção de interessados, observados os critérios por ela fixados e o disposto no §3º do artigo3º deste Regulamento.

Artigo 29º - Os Permissionários participarão solidariamente dos programas e projetos que visem à melhoria ou interesse da CEASA, inclusive do rateio proporcional dos custos resultantes da execução desses programas ou projetos.

CAPÍTULO VI: DA AUTORIZAÇÃO DE USO

Artigo 30º - Será considerado Autorizatório, toda pessoa física maior e capaz Agricultor, Ambulante Autônomo, Carregador Autônomo ou Cooperativado ou ainda pessoa jurídica, Cooperativa, Associação de Agricultor e grupo de Vizinhança, quando não proibidos de comercializar nos termos da legislação vigente, desde que obtenha a devida Autorização de Uso de área ou de serviços para a realização de suas atividades comerciais ou de prestação de serviços.

§ 1º - Considera-se, para efeito deste Regulamento, de acordo com os critérios formulados pela ADMINISTRAÇÃO, através de expedientes específicos:

- a) "Agricultor": proprietário, parceiro, posseiro, meeiro, arrendatário ou comodatário;
- b) "Cooperativa" e "Associação de Agricultor": pessoa jurídica, de acordo o que dispõe a legislação vigente, desde que o respectivo objetivo social seja compatível e condizente com a comercialização dos produtos co(s) pretendido(s) grupo(s);
- c) "Grupo de Vizinhança": grupo de agricultores, formal ou informalmente constituídos;
- d) "Ambulante Autônomo": pessoa física que exerça atividade atípicas, devidamente cadastrada junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- e) "Carregador Autônomo ou Cooperativado": pessoa física sem vínculos empregatício, que presta serviço de carga, descarga, movimentação, arrumação e acondicionamento de Mercadorias diretamente aos Permissionários, Autorizatórios ou Compradores.

§ 2º - A Autorização de Uso para ocupação de áreas nos espaços delimitados como GNP e GM, será temporária e destinada exclusivamente aos agricultores, cuja atividade econômica é exercida exclusivamente no Estado do Rio Grande do Sul, individualmente ou através de suas organizações, para escoamento de sua produção, mediante pagamento antecipado do Preço Diário de Uso, conforme prevê a Tabela de Tarifas, Preços e Outros Serviços.

§ 3º - A Autorização de Uso a que alude o § 3º do artigo 3º, poderá ser destinada tanto para os Autorizatórios descritos no "caput" deste artigo, como também para aquelas pessoas jurídicas descritas no artigo 15º deste Regulamento.

Artigo 31º - Os candidatos à utilização, mediante Autorização de Uso, das dependências ou serviços da CEASA, deverão dirigir as suas solicitações à ADMINISTRAÇÃO, que manterá um serviço de cadastro para os interessados na utilização de áreas quando disponíveis.

Parágrafo único - A ocupação das áreas do GNP se dará através de modalidade distintas de Autorização de Uso, regulamentada pela ADMINISTRAÇÃO através de expedientes específicos.

PI/SPI nº:	
Sector:	
Fls. nº:	
DATA:	13/03/20
Nome e Rubrica:	

Artigo 32º - Poderá, especialmente, ser autorizada, no âmbito da CEASA, a implantação de campanhas promocionais temporárias de venda e divulgação de produtos e serviços integrantes do sistema ora regulamentado.

Artigo 33º - A ADMINISTRAÇÃO fica totalmente isenta de responsabilidade com relação a eventos porventura ocorridos e que estejam cobertos por seguro.

CAPÍTULO VII: DA REMUNERAÇÃO DE USO

Artigo 34º - A remuneração devida em razão da ocupação de área da CEASA, cedida em Permissão ou Autorização de Uso, será fixada e alterada, sempre que necessário, pela ADMINISTRAÇÃO, através de expedientes específicos.

Parágrafo único: Os preços poderão sofrer reajustes com base na variação do INPC, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, devidamente autorizada pelo Conselho de Administração.

Artigo 35º - A remuneração de uso das dependências e instalações tem como referência a Tabela de Tarifas, Preços e Outros Serviços, dispostamente para:

- a) Termo de Permissão Remunerada de Uso - TPRU
- b) Autorização de Uso - AU

Artigo 36º - Será de inteira responsabilidade dos Permissionários a Autorização o pagamento do valor correspondente aos encargos provenientes do funcionamento e operacionalização tanto da área ocupada, objeto da Permissão ou Autorização de Uso, quanto das áreas de uso comum da CEASA, em especial aquelas referentes ao consumo de água, esgoto, energia elétrica, limpeza, higienização, desratização, manutenção e conservação, portaria, vigilância, serviços de informação de mercado, instalação e operação de sistema de sonorização e telefonia, seguro contra incêndio e vendaval, bem como quaisquer outros encargos resultantes da operação da CEASA e que vierem a ser instituídos pela ADMINISTRAÇÃO.

§ 1º - O rateio dos encargos a que se refere este artigo, será realizado pela ADMINISTRAÇÃO, através de critérios específicos a alterados sempre que for necessário, formulados de acordo com o acompanhamento da dinâmica de funcionamento da CEASA, levando-se em conta, dentre outros, de forma combinada ou excludente, o seguinte:

- a) tamanho da área permitida;
- b) grupo(s) de produto(s) comercializado(s) e/ou serviço(s) prestado(s);
- c) equipamentos existentes na área permissionada;
- d) 'quantum' por volume, peso ou valor comercializado;
- e) volume de resíduos gerados;
- f) serviços utilizados, oferecidos pela ADMINISTRAÇÃO;
- g) localização.

§ 2º - A Planilha de composição dos Preços Públicos e encargos com os devidos rateios, será afixada em local próprio determinado pela ADMINISTRAÇÃO.

§ 3º - Os encargos a que se refere este artigo serão pagos à ADMINISTRAÇÃO, juntamente com os pagamentos dos valores mensais da Permissão de Uso e/ou dos valores diários da Autorização de Uso constantes na Tabela de Tarifas, Preços e Outros Serviços.

§ 4º - Os vencimentos mensais para os débitos decorrentes da Permissão de Uso, dar-se-á no último dia útil de cada mês, podendo o pagamento se realizar até o primeiro dia útil do mês subsequente ao vencimento.

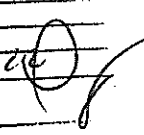
§ 5º - O valor da Autorização de Uso será pago até o último dia anterior à data do sorteio mensal para a ocupação das áreas da CEASA.

CAPÍTULO VIII: DA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS

Artigo 37º - Os serviços de carga, descarga, movimentação, arrumação e acondicionamento de Mercadorias poderão ser realizadas por Carregadores, que poderão ser os próprios Permissionários ou Autorizados, pelos seus funcionários, ou por Carregadores Autônomos ou Cooperativados, todos devidamente cadastrados e identificados, segundo normas definidas pela ADMINISTRAÇÃO.

§ 1º - Excepcionalmente, quando necessário e mediante expressa autorização da ADMINISTRAÇÃO, outros interessados poderão realizar estas tarefas.

§ 2º - A prestação de serviços referidos neste artigo não gerará com a ADMINISTRAÇÃO qualquer vínculo de natureza civil ou trabalhista.

Setor:	
Fls. nº:	10
DATA:	13/10/2012
Nome e Rubrica:	

Artigo 38º - A movimentação de Mercadorias no interior da CEASA deverá ser realizada com o auxílio de veículos devidamente identificados e com as dimensões definidas pela ADMINISTRAÇÃO.

Artigo 39º - A circulação de veículos de tração mecânica, animal ou humana, bem como qualquer acidente decorrente de sua utilização, é de total responsabilidade dos Permissãoários, Autorizatários ou Compradores responsáveis pelo seu uso.

CAPÍTULO IX: DO CADASTRO E IDENTIFICAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS AUTORIZATÁRIOS E CLIENTES

Artigo 40º - A ADMINISTRAÇÃO manterá um serviço de cadastro e identificação de todos os agentes participantes do processo de comercialização.

§ 1º - No cadastro e identificação deverão constar todos os dados necessários para a adequada identificação e qualificação desses agentes.

§ 2º - A identificação se dará através do uso de documento de identificação e uniforme padronizado, instituído pela ADMINISTRAÇÃO, através de expedientes específicos.

§ 3º - Pelo serviço de cadastro e identificação, será cobrada uma taxa de acordo com a Tabela de Tarifas, Preços e Outros Serviços da CEASA.

Artigo 41º - Para a elaboração do cadastro e identificação, serão utilizados os formulários correspondentes, acompanhados dos documentos pertinentes exigidos na oportunidade pela ADMINISTRAÇÃO.

Parágrafo único - O cadastro e a identificação deverão ser constantemente atualizados.

Artigo 42º - O cadastro e identificação serão obrigatórios para todos, qualquer que seja o tipo de relacionamento com a ADMINISTRAÇÃO, sejam Permissãoários, Autorizatários, seus funcionários, prepostos, carregadores, ambulantes autônomos e prestadores de serviços.

Parágrafo único - A ADMINISTRAÇÃO deverá instituir o cadastro e identificação dos clientes, de acordo com as conveniências da CEASA.

Artigo 43º - Ocorrendo extravio de qualquer documento de identificação, deverá o agente identificar imediatamente a ADMINISTRAÇÃO, providenciando, ato contínuo, solicitação da expedição de segunda via.

Artigo 44º - Verificada fraude nas informações cadastrais, os Permissãoários e Autorizatários terão sua Permissão ou Autorização de Uso imediatamente cancelada, além das sanções criminais cabíveis.

CAPÍTULO X - DA PROPAGANDA, PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO

Artigo 45º - Caberá à ADMINISTRAÇÃO a coordenação das atividades de disciplinamento da propaganda, publicidade e comunicação no interior da CEASA, através de expedientes específicos.

§ 1º - Consideram-se propaganda e publicidade, toda e qualquer forma de exploração ou utilização de anúncios no interior da CEASA, ou que possam ser visíveis deste, ou ainda, em quaisquer locais de acesso público ao mesmo, além dos afixados em veículos.

§ 2º - Consideram-se anúncios, quaisquer formas de comunicação visual ou audiovisual de mensagens, inclusive os desenhos, siglas, dísticos e logotipos representativos de nomes, produtos, locais ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas.

§ 3º - Consideram-se comunicação, quaisquer formas de veiculação de mensagens, inclusive, rádio, telefone, televisão e internet.

§ 4º - Não será permitida a veiculação de propaganda, publicidade ou comunicação de cunho religioso, político ou ideológico no interior da CEASA.

Artigo 46º - Não será permitido aos Permissãoários e Autorizatários, no âmbito da CEASA, o uso de qualquer tipo de propaganda, publicidade e comunicação, sem prévia autorização da ADMINISTRAÇÃO.

PI/SPI nº:	
Sector:	
Fis. nº:	
DATA:	
Nome e rubrica:	

CAPÍTULO XI - DAS OBRIGAÇÕES DOS PERMISSIONÁRIOS, AUTORIZATÁRIOS E CLIENTES

Artigo 47º - Manter rigorosamente em dia as suas obrigações, para com terceiros, fornecedores e clientes, decorrentes de sua atividade permitida ou autorizada, representadas por cheques, notas promissórias, duplicatas, letras de câmbio ou qualquer título de crédito, sob pena de serem revogados os respectivos TPRU e AU.

Parágrafo único: A ADMINISTRAÇÃO poderá anular o Cadastro de Clientes que inadimplirem com os Permissãoários e Autorizatórios.

Artigo 48º - Os Permissãoários, Autorizatórios e Clientes deverão, ainda, atender às seguintes determinações:

- 1) conservar a área de comercialização ou de prestação de serviços a adjacências, em boas condições de uso, higiene e limpeza, munindo-se do material necessário para tal fim, inclusive tambores ou depósitos para lixo ou sobras;
- 2) recolher de imediato e em recipientes apropriados, todo e qualquer detrito e varredura a que der causa, acondicionando-os em recipientes adequados;
- 3) retirar das dependências da CEASA os subprodutos das Mercadorias comercializadas, tais como talos, engaços, folhas e palhas, assim como restos de caixarias e embalagens vazias;
- 4) reparar quaisquer danos ocasionados nas dependências e instalações, mesmo os provenientes do uso. Caso o responsável não tenha tomado as providências no prazo julgado necessário pela ADMINISTRAÇÃO, esta poderá proceder aos reparos exigidos, cobrando os preços correspondentes, inclusive judicialmente se necessário, sem prejuízo das outras sanções regulamentares;
- 5) manter na área de comercialização ou de prestação de serviços, identificação contendo as informações exigidas pela ADMINISTRAÇÃO;
- 6) manter a área cedida em funcionamento regular, de acordo com os horários estipulados, não suspendendo suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da ADMINISTRAÇÃO;

7) apresentar quando do ingresso na CEASA, todos os dados referente à Mercadoria, de acordo com o estipulado pela ADMINISTRAÇÃO através de expedientes específicos;

8) fornecer todas as informações solicitadas pela ADMINISTRAÇÃO no que se refere à quantidade, origem, tipos, preços de compra e venda, e outras informações sobre os produtos comercializados e serviços prestados;

9) permitir e facilitar o ingresso dos funcionários da ADMINISTRAÇÃO, bem como dos funcionários das empresas por ela contratadas e/ou autorizadas, nas áreas objeto das Permissões e Autorizações de Uso para verificação de estoques, quantidades, condições de armazenagem, conservação, e para o que mais se fizer necessário;

10) empregar em seus serviços, pessoal devidamente habilitado e idôneo, exigindo do mesmo perfeita disciplina e boa apresentação, bem como o máximo respeito no trato com o público;

11) usar, no exercício de suas atividades, o uniforme que for estabelecido pela ADMINISTRAÇÃO;

12) manter rigorosa higiene pessoal, do vestuário, dos equipamentos e do local de trabalho;

13) adotar irrepreensível postura, discrição e polidez com o público;

14) manter cadastro atualizado de seus funcionários, para controle rigoroso e emissão dos documentos de identificação;

15) manter as condições de segurança interna de cada área permitida ou autorizada, cabendo-lhe todas as medidas julgadas necessárias junto aos órgãos competentes (polícia, bombeiros, etc.), dando-se imediato conhecimento à ADMINISTRAÇÃO de qualquer ocorrência de anormalidade

16) sempre que atividade exigir, manter os equipamentos em conformidade com as normas vigentes;

17) realizar a exposição e operação de compra, venda e prestação de serviços dentro das especificações dos órgãos técnicos correspondentes e da ADMINISTRAÇÃO;

Setor:	
Fls. nº:	42
DATA:	/ /
Nome e Rubrica:	

18) observar rigorosamente as exigências de ordem higiênico-sanitárias previstas para o comércio exercido, quando à exposição e venda de gêneros alimentícios;

19) somente vender os produtos ou prestar os serviços integrantes do(s) grupo(s) previsto(s) em sua credencial;

20) atingir o coeficiente mínimo de comercialização, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 7º;

21) não ceder a terceiros sua credencial ou equipamentos;

22) descarregar e carregar veículos de transporte de Mercadorias e equipamentos no horário determinado, estacionando-os de acordo com as instruções da ADMINISTRAÇÃO;

23) colocar suas Mercadorias e caixarias rigorosamente dentro dos limites da área de comercialização;

24) não lavar as Mercadorias no local de comercialização, ressalvado para pescados e aves abatidas;

25) usar as embalagens adequadas, sendo proibido o emprego de materiais que contenham substâncias químicas prejudiciais à saúde;

26) realizar o pagamento de todo e qualquer tributo ou taxa incidente sobre a área permissionada ou autorizada e o comércio ou prestação de serviços exercidos, qualquer que seja o sistema de lançamento ou cobrança adotado pela ADMINISTRAÇÃO;

27) responder civilmente pelos atos de seus prepostos e empregados nas dependências da CEASA, quanto à observância da lei e do presente Regulamento, bem como por danos ou prejuízos causados à ADMINISTRAÇÃO ou a terceiros e, ainda, por todo e qualquer ônus trabalhista e previdenciário decorrente do vínculo jurídico estabelecido entre o Permissãoário ou Autorizatório e seus prepostos e empregados;

28) não utilizar o trabalho de menores, em desacordo com a legislação vigente;

CAPÍTULO XII - DAS PROIBIÇÕES

Artigo 49º - É vedado aos Permissãoários, Autorizatórios e Clientes da CEASA:

1) ceder, arrendar, locar ou sublocar, no todo ou em parte, temporariamente ou não, a área objeto da Permissão ou Autorização de Uso a terceiros;

2) a ocupação de área de trânsito e movimentação para exposição de Mercadorias, assim como para armazenagem de caixarias de retorno ou qualquer outro tipo de embalagens ou objetos, e para a guarda e/ou estacionamento de veículos;

3) propaganda, publicidade não autorizada pela ADMINISTRAÇÃO, ou qualquer outro sistema de comunicação que possa intervir no desenvolvimento normal das operações gerais e particulares da CEASA;

4) armazenar material inflamável e explosivo;

5) queimar fogos de artifícios;

6) lavar as dependências com substâncias de natureza corrosiva;

7) abandonar detritos ou Mercadorias avariadas nas próprias dependências, nas áreas de trânsito e movimentação, ou nas vias públicas;

8) conservar em depósito Mercadorias impróprias para consumo;

9) utilizar produtos químicos, destinados à maturação de mercadorias, além dos limites permitidos pela legislação vigente;

10) estacionar veículos de qualquer espécie, em lugar onde possam obstruir ou dificultar o tráfego, bem como proceder a sua lavagem no recinto da CEASA;

11) modificar as instalações originais sem submeter o projeto de alteração à aprovação prévia da ADMINISTRAÇÃO;

12) a entrada, estocagem, exposição ou venda de produtos não permitidos;

PI/SPI nº:	
Setor:	
Fls. nº:	
DATA:	
Nome e Rubrica:	

13) a entrada, reforma e comercialização de caixarias, engradados ou outras embalagens vazias. Apenas será permitida a entrada de embalagens consideradas de retorno, conforme especificações de ADMINISTRAÇÃO;

14) o porte ilegal de armas de fogo;

15) práticas de jogos de azar e/ou eletrônicos;

16) a utilização da área de comercialização, estacionamento ou tráfego para finalidades outras que não as especificações neste Regulamento ou previamente autorizadas pela ADMINISTRATIVA;

17) a alteração, por qualquer meio das finalidades das permissões, ou sistema de comércio, locação ou sublocação de parte ou de todo o local permitido;

18) a prestação de serviços de carga e descarga, arrumação e transportes por pessoas não autorizadas;

19) a entrada de compradores fora do horário normal de comercialização, sem prévia autorização da ADMINISTRAÇÃO;

20) a entrada e permanência de pessoas estranhas às atividades da CEASA, não cadastradas e/ou não autorizadas pela ADMINISTRAÇÃO;

21) a utilização de artifícios para comercializar mercadorias no GNP, provenientes dos BOX;

22) a exploração do trabalho de menores, em desacordo com a legislação vigente;

23) o ingresso de animais de qualquer espécie, excetuando-se os animais de tração;

24) o comércio e o consumo de bebidas alcoólicas, com exceção para cerveja e vinho, desde que em ambiente específico e apropriado, a ser definido por Resolução de Diretoria;

CAPÍTULO XIII - DAS REFORMAS E ADAPTAÇÕES

Artigo 50º - A ADMINISTRAÇÃO oferecerá os locais e áreas destinados à estocagem e comercialização com as instalações básicas para a finalidade determinada, observados os parágrafos seguintes:

§ 1º - Qualquer alteração na construção civil das instalações, bem como a colocação de câmaras frigoríficas, balcões, máquinas ou mobiliário, modificações, julgadas necessárias para o exercício do objeto da Permissão e de aparelhos tais como chuveiros elétricos ou torneiras, novas lâmpadas ou outras modificações que venham a alterar os sistemas de consumo de energia, estarão sujeitos à prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO.

§ 2º - Os projetos ou estudos, acompanhados das respectivas solicitação e justificativas, deverão ser encaminhados à ADMINISTRAÇÃO para aprovação;

§ 3º - As alterações introduzidas em desacordo com o disposto neste Artigo e seus parágrafos, poderão ensejar imediata interdição da área de comercialização, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades regulamentares.

CAPÍTULO XIV - DA APREENSÃO E DOAÇÃO DE MERCADORIAS

Artigo 51º - Quando encontrados gêneros considerados impróprios para o consumo humano, a ADMINISTRAÇÃO procederá da seguinte forma:

a) dar prazo ao Permissãoário e/ou ao Autorizatário para que ele providencie a retirada do material;

b) remover por conta e risco do Permissãoário e/ou ac Autorizatário, o imprestável, jogando-o no lixo, ou doando para outros fins que não o de consumo humano;

c) doar o material ainda aproveitável, se houver, caso o Permissãoário e/ou ao Autorizatário não procederá à retirada no prazo estipulado.

Artigo 52º - Às Mercadorias não comercializadas, doadas ou apreendidas durante o expediente normal de funcionamento, caberão as seguintes destinações:

PI/SPI nº:	1
Sector:	
Fila nº:	
DATA:	1/4/44
Nome:	
Rubrica:	

Artigo 56º - Ao Permissionário que tiver seu TPRU rescindido por falta de pagamento ou alguma outra causa que caracterize descumprimento das normas regulamentares, não poderá ser concedida nova Permissão, dentro de um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

Artigo 57º - A desocupação da área, a qualquer título, deverá ser feita mediante a presença de representante da ADMINISTRAÇÃO, entregando a esta, as chaves e outros utensílios cedidos pela ADMINISTRAÇÃO para exercício de suas atividades.

§ 1º - Antes de atestar a desocupação, será realizada pela ADMINISTRAÇÃO uma vistoria completa no local e suas instalações, a fim de constatar a observância ou não por parte do Permissionário, das normas deste Regulamento pertencente à ocasião.

§ 2º - Ao constatar alguma irregularidade, a ADMINISTRAÇÃO providenciará o orçamento do valor a ser imediatamente pago pelo Permissionário, de forma que a ADMINISTRAÇÃO seja ressarcida dos eventuais danos, inclusive agindo por meio judicial, quando for o caso.

§ 3º - Caso o Permissionário se negue a devolver a área objeto da Permissão de Uso, nos prazos estabelecidos, a ADMINISTRAÇÃO promoverá sua desocupação com a retirada de todos os pertences remanescentes.

§ 4º - No caso de Mercadorias perecíveis, a ADMINISTRAÇÃO procederá conforme disposto no Artigo 52, deste Regulamento.

§ 5º - Quando às Mercadorias não perecíveis, móveis e utensílios, o Permissionário terá o prazo de 30 (trinta) dias para reclamá-los, após o que ficará a ADMINISTRAÇÃO autorizada a dar a destinação que lhe convier.

§ 6º - O Permissionário arcará com todos os custos de armazenamento dos pertences remanescentes, quando por ele resgatados.

Artigo 58º - Em razão da precariedade da Permissão ou da Autorização de Uso, não caberá a seus detentores direito algum à retenção das benfeitorias por eles realizadas, mesmo que necessárias, ficando assim incorporadas ao imóvel, nem também a indenização ou ressarcimento por eventuais prejuízos, seja a que título for.

INSPI nº:	
Sector:	
Fls. nº:	45
DATA:	
Nome e sobrenome:	

a) retirada da CEASA;

b) estocagem ou armazenamento no local;

c) depósito em câmaras frigoríficas, quando for o caso;

d) doações;

§ 1º - A ADMINISTRAÇÃO realizará as doações através de um Banco de Alimentos ora instituído no interior da CEASA, de acordo com o Programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos, criado pela Lei Estadual nº 11.621 de 14 de maio de 2001.

§ 2º - Os produtos a serem doados serão relacionados pela ADMINISTRAÇÃO e entregues, de imediato, logo após o encerramento do período de operação às entidades indicadas pelo Banco de Alimentos citado no parágrafo anterior.

§ 3º - A ADMINISTRAÇÃO lavrará para cada doação, um termo que será assinado pelo representante credenciado da entidade beneficiária.

CAPÍTULO XV - DA DEVOLUÇÃO E TÉRMINO DA PERMISSÃO OU AUTORIZAÇÃO DE USO

Artigo 53º - A ADMINISTRAÇÃO poderá, fundamentada em norma pública, a qualquer tempo e sem que assista ao interessado direito algum à indenização, seja a que título for, revogar a Permissão ou Autorização de Uso, bem como a anulação do Cadastro de Clientes.

Artigo 54º - Os Permissionários e Autorizatórios poderão, a qualquer tempo e recolhidos os valores devidos, pedir baixa da Permissão ou Autorização de Uso.

Parágrafo único - Quando não houver mais interesse por parte do Permissionário, ou possibilidade de manter o TPRU, este deverá contar diretamente a ADMINISTRAÇÃO, que observará as normas referentes à rescisão, presentes neste Regulamento.

Artigo 55º - A manutenção sem atividade por parte do Permissionário, da área de comercialização respectiva por 05 (cinco) dias úteis consecutivos, sem razão que a justifique perante a ADMINISTRAÇÃO, caracterizará abandono, sujeitando o mesmo às sanções regulamentares, inclusive rescisão do TPRU.

CAPÍTULO XVI - DAS PENALIDADES

Artigo 59º - Salvo as sanções de ordem civil ou penal, os Permissãoários e Autorizatórios faltosos com referência ao presente regulamento, estarão sujeitos, de acordo com a natureza de infração, às seguintes penalidades:

- a) advertência, através de notificação por escrito;
- b) multa a ser aplicada de acordo com o disposto no TPRU;
- c) suspensão temporária das atividades;
- d) revogação da Permissão ou Autorização de Uso e exclusão definitiva.

§ 1º - Na reincidência da falta será aplicada à pena imediatamente posterior, salvo em caso de falta grave, no que a ADMINISTRAÇÃO poderá aplicar imediatamente a suspensão temporária das atividades, seguida da revogação da Permissão ou Autorização de Uso e exclusão definitiva.

§ 2º - As multas deverão ser pagas até 72 (setenta e duas) horas após a notificações, caso contrário, serão proibidas as atividades comerciais ou de prestação de serviços pelo infrator.

§ 3º - A suspensão temporária das atividades comerciais ou de prestação de serviços poderá ser de 1 (um) a 5 (cinco) dias úteis, dependendo da gravidade da infração, independentemente de penalidades anteriores.

§ 4º - Será considerada sem efeito toda infração após 12 (doze) meses de sua notificação.

§ 5º - A ADMINISTRAÇÃO através de Resolução de Diretoria definirá a operacionalidade da aplicação das penalidades indicadas no caput deste Artigo, inclusive no que toca à gradação das alíneas 'a', 'b' e 'c' do mesmo caput.

Artigo 60º - Por ocasião de cada infração será lavrado um termo no qual constará a natureza da mesma e sua justificação, além da identificação do infrator e a discriminação dos tipos e quantidade do material apreendido, quando for o caso.

Parágrafo único - A doação ou devolução de material apreendido constará em termo próprio com a assinatura do respectivo receptor.

Artigo 61º - O atraso do pagamento da importância devida à ADMINISTRAÇÃO em razão da ocupação de área de CEASA, bem como de quaisquer outros encargos dela decorrentes, implicará na atualização do valor do débito pela variação mensal do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro índice oficial que eventualmente venha a substituí-lo, acrescidos de multa de 10 % (dez por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, até a efetiva quitação de outras penalidades cabíveis.

Artigo 62º - A Permissão de Uso poderá ser automaticamente cancelada em decorrência de mora por parte do Permissãoário por prazo de 30 (trinta) dias, contados do inadimplemento, bem como por inadimplência sistemática, sem que caiba o direito a qualquer outro aviso.

Parágrafo único - Endente-se como inadimplência sistemática o atraso no pagamento, consecutivo ou alternado, por 5 (cinco) vezes no decorrer dos últimos 12 (doze) meses.

Artigo 63º - Na ocorrência de infrações de ordem higiênico-sanitário, além de aplicação das penalidades previstas no presente Regulamento, o infrator estará sujeito às penalidades atinentes na legislação em vigor e que regulamentam a matéria.

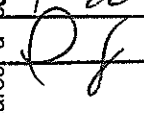
CAPÍTULO XVII - DO CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 64º - A ADMINISTRAÇÃO instituirá um Conselho Consultivo composto por representantes dos permissãoários e de entidades legalmente constituídas cujas atividades se relacionem diretamente com as finalidades da CEASA, com o objetivo de estabelecer uma instância consultiva junto aos interessados diretos no encaminhamento de assuntos relacionados com a operação e funcionamento da CEASA.

§ 1º - Na composição do Conselho Consultivo deverá ser contemplado a participação de todos os segmentos econômicos e de trabalhadores pertencentes a CEASA.

§ 2º - O Conselho Consultivo a que alude este artigo terá regulamento próprio a ser baixado pela ADMINISTRAÇÃO por meio de ato específico.

§ 3º - Fica assegurado que Conselho Consultivo será ouvido antecipadamente sobre o conteúdo de todos os expedientes específicos e atos suplementares a esse Regulamento a que alude o Artigo 71.

PI/SP/ nº:	1
Sector:	
Fls. nº:	46
DATA:	1/1/2022
Nome e Rubrica:	

CAPÍTULO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 65º - Os Permissionários da CEASA, em débito perante a ADMINISTRAÇÃO, seja quanto ao pagamento do preço devido em razão de ocupação de área, seja quanto ao pagamento do rateio de despesas resultantes do uso da área ocupada deverão proceder à regularização de suas pendências no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de início da vigência deste Regulamento.

Parágrafo único - O Permissionário devedor que não regularizar suas pendências, no prazo estipulado neste artigo terá a respectiva Permissão de Uso automaticamente revogada, com a consequente interdição da área de comercialização ocupada, bem como, a devida cobrança judicial.

Artigo 66º - Fica limitada em 6 (seis) BOX, a área máxima destinada a cada um dos Permissionários que já detenha a devida TPRU na data de início da vigência deste Regulamento.

Artigo 67º - Consideradas as disposições aqui fixadas, será celebrado com cada um dos Permissionários novo Termo de Permissão Remunerada de Uso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de início da vigência deste Regulamento.

Parágrafo único - Após o prazo fixado neste artigo, ficam rescindidas todas as Permissões e Autorizações de Uso em vigor na data do início de vigência deste Regulamento.

Artigo 68º - Os casos omissos relacionados com estas Disposições Transitórias serão resolvidos pela ADMINISTRAÇÃO.

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 69º - Na hipótese de falência do Permissionário, observa-se a legislação pertinente.

Artigo 70º - A ADMINISTRAÇÃO, em hipótese alguma, terá qualquer responsabilidade perante terceiros com os quais o Permissionário e o Autorizatório tenham ou venham a ter contratos ou compromissos, sejam particulares ou decorrentes de atividades comerciais exercidas na CEASA.

Artigo 71º - A ADMINISTRAÇÃO, no limite de sua competência, baixará atos suplementares necessários para o funcionamento da CEASA bem como ao acompanhamento da dinâmica do abastecimento.

Parágrafo único - Farão parte integrante do presente Regulamento, todos os expedientes citados neste artigo, com a mesma força disciplinar.

Artigo 72º - Os casos não tratados no conjunto deste Regulamento serão resolvidos pela ADMINISTRAÇÃO.

Artigo 73º - Não será admitida, a qualquer título, a alegação de ignorância deste Regulamento da CEASA e seus anexos, por quem a ele tem a obrigação de obedecer.

Artigo 74º - Este Regulamento entrará em vigor a partir de 17 de Dezembro de 2001, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Alegre, 17 de Dezembro de 2001.

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR PRESIDENTE
CEASA/RS

ALVARO ROQUE KERN JUNQUEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CEASA/RS

GERSON ROGÉRIO BEUTER
DIRETOR TÉCNICO-OPERACIONAL
CEASA/RS

PI/SPI nº:	CEL 273 122
Sector:	CEL 47
Fls. nº:	13, 14, 22
DATA:	13/10/01
Nome e Rubrica:	[Assinatura]



CEASARS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. – CEASARS

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA Nº 04/2021

Considerando a necessidade de "SETORIZAÇÃO" dos espaços de comercialização do complexo da CEASARS, como estratégia para oportunizar mais operações, ocupações e também a especialização da comercialização por parte dos Permissionários;

Considerando a evolução do mercado, tornando produtos que eram considerados "complementos de cargas", especialmente as frutas, em produtos que ganharam relevância, justificando a sua setorialização, fixando-os na Ala das frutas;

Considerando a necessidade de estabelecer um equilíbrio de oportunidades, gerando minimamente um trânsito de interesses dos Clientes, instigando-os a transitar por todo o mercado, buscando os seus produtos, dando visibilidade a todas as alas comerciais.

Considerando a necessidade de manutenção da estratégia de "setorialização do mercado", cujo objetivo é consolidar a proposição original da setorialização, definindo com clareza os grupos das "ALAS".

Considerando a necessidade de entendimento que, para algumas frutas, será necessário um período mais amplo de migração, por compromissos existentes de produção e fornecimento.

Considerando que, além da estratégia das "ALAS" de comercialização, se faz necessária a revisão do "Grupo dos Opcionais", cujo comércio é permitido a grande maioria dos permissionários, na medida em que, alguns produtos inseridos em tal grupamento, com o passar do tempo, se tornaram relevantes, sob a ótica de volume de venda, tornando necessária a sua transferência para a ala adequada.

Considerando que o tema da "Setorialização do Mercado", vem sendo pauta em busca de consolidação, desde 2012, mesmo que tenham sido editadas algumas normativas após a referida data, mas que não atingiram plenamente a finalidade de padronização e socialização da oferta de produtos a todas as áreas de comercialização do complexo da CEASARS, adequando eventuais

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. – CEASARS – 90200-041 – PORTO ALEGRE – RS – BRASIL
Av. Fernando Ferrari, 1001 – Bairro Anchieta
www.ceasars.gov.br

1

E-mail: ceasars@ceasars.gov.br

Fone: (51) 2111-6600



CEASARS
distorções históricas na localização de alguns grupos de produtos, permissionários e no layout da estrutura de comercialização, demanda recorrente das alas comerciais dos "As", "Ds" e "Es";

Considerando que o Centro Incubador de Micro Empresas, localizado no Pavilhão E-2, carece de revisão, haja vista os baixos encargos suportados por permissionários que adquirem posição relevante no mercado, além de ultrapassarem o faturamento permitido por lei para que se mantenha em tal enquadramento de porte empresarial, fazendo-se necessário o resgate da concepção original do espaço, ofertando o local apenas para pequenos empreendedores, enquadrando os eventuais interessados como Micro Empreendedores Individuais (MEI);

Considerando que o Setor "TC", originalmente destinado para depósitos, desdobramento e logísticas de mercadorias, recebeu, ao longo do tempo, atividades complementares ao "mix" de hortigranjeiros, em razão da histórica disponibilidade de terrenos livres para construção, em que pese as várias licitações, sem interessados, fazendo com que a Administração possibilitasse a permissão de uso para atividades complementares de produtos que não colidissem com o mercado de hortigranjeiros, já que não dispõe de pontos de venda no complexo, e, como o referido, aumentasse o "mix" de produtos ofertados pela CEASARS, incrementando as receitas da Companhia e auxiliando os demais permissionários no pagamento das despesas de rateio.

Considerando a necessidade de regulamentar a localização dos diversos Agentes e Operadores de comercialização nas dependências do mercado atacadista da CEASARS – PORTO ALEGRE/RS.

Considerando a necessidade de qualificar e potencializar a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, integrando-os com os produtos e serviços complementares – atípicos e serviços no mercado Atacadista da CEASARS – PORTO ALEGRE.

Considerando a disponibilidade de Boxes, a partir da transferência do Setor de Floricultura, para o Pavilhão A-8 (Central de Flores), com a consequente liberação de espaços no Pavilhão A-4;

Considerando a demanda de espaços para novas operações comerciais e de logística, bem como àqueles representadas pela dinâmica de expansão comercial provocada pelo crescimento

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. – CEASARS – 90200-041 – PORTO ALEGRE – RS – BRASIL
Av. Fernando Ferrari, 1001 – Bairro Anchieta
www.ceasars.gov.br

2

E-mail: ceasars@ceasars.gov.br

Fone: (51) 211-6600

PI/SPI nº:	23512
Sector:	CEA
Fls. nº:	18
DATA:	13/10/2020
Nome e Rubrica:	[Assinatura]



CEASARS
natural e iniciativas de Agentes, Operadores e Produtores, que esgotaram suas metas e objetivos no GNP (Galpão Não Permanente) e demonstram intenção de alteração das suas atividades comerciais, movimento tradicional que ocupou a maioria dos boxes e lojas de outros setores;

Considerando a responsabilidade e necessidade dos gestores de darem viabilidade à ocupação das áreas disponíveis, cumprindo o disposto no Artigo 28º do Regulamento do Mercado, com o objetivo de geração de receitas e a divisão coletiva dos custos operacionais do complexo;

Considerando o que restou deliberado na 432ª Reunião do Conselho de Administração da CEASARS;

A Diretoria da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S. A. – CEASARS, usando de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social e o que dispõe o Regulamento do Mercado Atacadista da CEASA - PORTO ALEGRE/RS, em seus artigos - 1º, 2º e 4º.

RESOLVE:

1. Classificar os produtos a serem comercializados e os serviços a serem prestados em **GRUPOS** assim definidos:

1.1. GRUPO I – Com denominação genérica de **CAIXARIA**. Compõem-se exclusivamente de abobrinha italiana, abobrinha tronco(redonda), berinjela, chuchu, ervilha, fava, jiló, milho verde, pepino, quiabo, tomates, tomates cereja, vagem, beterraba, pimentã, cará, cenoura, gengibre, gobo, inhame, mandioquinha, pimentão, nabo, rabanete, repolho ensacado;

1.2. GRUPO II – Com denominação genérica de **ABC**. Compõem-se exclusivamente de alho, batata e cebola e ainda, feijão, milho seco;

1.3. GRUPO III – Com denominação genérica de **FRUTAS NACIONAIS e IMPORTADAS**. Compõem-se de mamão, banana, abacaxi, frutas cítricas, maçã, pêra, uvas, côco, abacate, manga, caqui, pêssego, maracujá, nectarina, kiwi, ameixa e melão gália.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. – CEASARS – 90200-041 – PORTO ALEGRE – RS – BRASIL
Av. Fernando Ferrari, 1001 – Bairro Anchieta
Fone: (51) 2111-6600
E-mail: ceasars@ceasars.rs.gov.br
3



CEASARS
1.4. GRUPO IV – Com denominação genérica de **DERIVADOS DE FRUTAS**. Compõem-se exclusivamente de vinhos, sucos e derivados de frutas, devidamente regularizado pelos Órgãos competentes;

1.5. GRUPO V – Com denominação de **OVOS**. Compõem-se exclusivamente de ovos e derivados;

1.6. GRUPO VI – Com denominação genérica de **FLORES**. Compõem-se exclusivamente de flores, folhagens, mudas em geral, acessórios, ornamentos e complementos relacionados;

1.7. GRUPO VII – Com denominação genérica de **COMÉRCIO OPCIONAL**. Compõem-se exclusivamente de: pinhão, amendoim, milho pipoca, jaca, nêspera, jabuticaba, cereja, pitaya, fruta do conde, graviola, cacau, carambola, melão espanhol (amarelo), melão cantalupo, melão orange, melão andino, melão pele de sepo, melão matisse (branco), alcachofra, tomate grape, cogumelos, mangoci, morango, figo, goiaba, uva niágara, uva passa, acerola, pitanga, minímlho, além de doces e derivados.

1.8. GRUPO VIII – Com denominação genérica de **CUCURBITÁCEAS**. Compõem-se exclusivamente de morangas, mogangos, abóboras de peçoço;

1.9. GRUPO IX – Com denominação genérica de **MELANCIA**. Compõem-se exclusivamente do produto melancias;

1.10. GRUPO X – Com denominação genérica de **CEREAIS**. Compõem-se exclusivamente de grãos e farináceos;

1.11. GRUPO XI – Com denominação genérica de **BATAIA DOCE**. Compõem-se exclusivamente do produto batata doce;

1.12. GRUPO XII – Com denominação genérica de **CIMI - Centro Incubador de Micro Empreendedores Individuais (MEI)**. Compõem-se exclusivamente de citrus, uva, pêssego, ameixa, nectarina, alpin, caqui, banana, maracujá, manga, abacate e mamã;

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. – CEASARS – 90200-041 – PORTO ALEGRE – RS – BRASIL
Av. Fernando Ferrari, 1001 – Bairro Anchieta
Fone: (51) 2111-6600
E-mail: ceasars@ceasars.rs.gov.br
4

PI/SP/Nº:	230
Sector:	CEL
Fis. nº:	69
DATA:	13/10
Nome e Rubrica:	



CEASARS
1.12.1. O Ambiente também chamado de GNP (E2) - (Pedrinha), poderá ser ocupado por Produtores de Cítrus, cadastrados na forma da DPIC;

1.13. **GRUPO XIII** – Com denominação genérica de **PRODUÇÃO GAÚCHA**, exceto o produto melancia, que têm setores específicos. Compõem-se exclusivamente de produtos agrícolas classificados como hortigranjeiros e ainda, produtos oriundos da agroindústria Unifamiliar, produzidos a partir de matérias primas e mão de obra da estrutura produtiva familiar, oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, devidamente regularizados pelos Órgãos competentes;

1.13.1. As Permissões de Uso cuja ocupação seja nas "Lojas Internas" ao GNP - Galpão dos Produtores, têm características vinculadas e relacionadas às atividades dos Produtores, limitado seu número às existentes e submetidas as regras dos Termos de Permissão Remunerada de Uso (TPRUs);

1.13.2. As Permissões de Uso à "Micro Empresas (Agentes de Comercialização)", têm caráter de atividades de apoio à comercialização dos Produtores do GNP, restringindo sua comercialização a produtos de Produtores legalmente cadastrados do GNP, com origem da produção gaúcha, através de uma relação interna com os Produtores, os quais são os responsáveis pelo ingresso das mercadorias em seu talonário modelo 15, sendo também concessões limitadas às existentes e submetidas as regras dos Termos de Autorização Remunerada de Uso (AUs);

1.13.3. As Permissões de Uso à "Micro Empresas (Varejo)" têm caráter de atividades de "unidades de varejo", cujos produtos têm origem preferencial dos Produtores do GNP ou, ainda, nas atividades de segmentação de produtos para as unidades de "varejo", para atendimento de Clientes de quantidades de varejo, podendo, eventualmente, serem complementadas com origem dos Setores Comerciais Atacadistas Internos. Estas permissões também estarão limitadas às já existentes e submetidas as regras dos Termos de Permissão Remunerada de Uso (TPRUs);

1.14. **GRUPO XIV – CARNES:** Compõem-se de produtos qualificados como "cortes de carnes": bovina, caprinos, bubalinos, suína, aves, *in natura*, resfriada e/ou congelada e seus derivados;

1.15. **GRUPO XV** – Com denominação genérica de **PESCADOS**. Compõem-se exclusivamente de produtos de pescados – peixes, frutos do mar e seus derivados;

[Assinatura]



CEASARS
1.16. **GRUPO XVI** – Com denominação genérica de "ATÍPICOS". Compõem-se de Bancos, Escritórios de Organizações, Farmácias, Lojas de Representação de Produtos Não Agrícolas, Ferragem, Acessórios para Veículos e Comércio de Produtos "MERCEARIA".

1.17. **GRUPO XVII** – Com denominação genérica de **SERVIÇOS**. Compõem-se de todos os serviços afines e de suporte às atividades de comercialização dos Setores;

1.17.1. Os serviços de Restaurantes, deverão seguir instruções da RD nº 03/2016 (Circular nº 021/18);

1.17.2. Os serviços de Lancherias, deverão seguir instruções da RD nº 03/2016 (Circular nº 021/18);

1.17.3. Os serviços de "Logística para Cozinhas Industriais";

1.17.4. Os serviços de "Logísticas para CLIENTES EXTERNOS";

1.17.5. Atividades de armazenamento e conservação "Frigoríficos".

1.18. **GRUPO XVIII** – Com denominação genérica de **DEPÓSITOS (TC's)**. Compõem-se de todos os serviços de depósito, armazenamento, desdobramento, processamento e embalagem de produtos e/ou mercadorias;

1.19. **GRUPO XIX - ESTACIONAMENTOS:** Compõem-se de espaços para estacionamentos para Clientes com necessidades mercadológicas especiais;

1.20. **GRUPO XX – SACARIAS:** Compõem-se do comércio de itens de "sacarias" embalagens plásticas e derivados;

1.20.1. As atividades comerciais que não se enquadram como sacarias, já instaladas no Setor, deverão ser preservadas até reconfiguração futura, não sendo liberadas outras operações que colidam com a finalidade proposta para o Setor;

2. Destinar os espaços para os **GRUPOS** de produtos e serviços, conforme "ANEXO I".

2.1. O **GNP - Galpão Não Permanente (Galpão do Produtor Gaúcho)**, será destinado prioritariamente à comercialização do **GRUPO XIII**, única e exclusivamente pelos próprios Produtores do Rio Grande do Sul, de forma individual, associativa, ou através de Grupos de Vizinhança.

Setor:	120
Fls. nº:	58
DATA:	13/10/2016
Nome e Rubrica:	[Assinatura]



2.2. O GM – Grupo do Mercado da Melancia Gaúcha será destinado prioritariamente à comercialização do **GRUPO IX**, única e exclusivamente pelos próprios Agricultores do Rio Grande do Sul, de forma individual ou associativa, através de Grupos de Vizinhança;

2.3. O CIMI – Centro Incubador para Micro Empreendedores Individuais (MEI), será destinado prioritariamente à comercialização do **GRUPO XII**.

3. Os produtos MELÃO ESPANHOL (amarelo), MELÃO CANTALUPE e MELÃO ORANGE, compõem, transitoriamente, o Grupo VII – Comércio Opcional, pelo período de 01 (um) ano, a partir da entrada em vigor da presente Resolução.

3.1. O prazo previsto no item 3 poderá ser prorrogado, por igual período, mediante a edição de expediente específico.

3.2. Findado o prazo transitório, os produtos serão imediatamente retirados do Grupo VII – Comércio Opcional, sendo lançados no Grupo III – Frutas Nacionais e Importadas, tornando exclusivo o comércio dos referidos produtos apenas para os permissionários que já detinham permissão para comercializar os produtos do Grupo III.

4. Esta Resolução entra em vigor no dia 08/11/2021, revogando a **Resolução de Diretoria nº 06/2019** e eventuais disposições em contrário.

Porto Alegre, 07 de outubro de 2021.

Ailton dos Santos Machado
Diretor Presidente

Celso Pazuch
Diretor Administrativo Financeiro

Airton Reinheimer
Diretor Técnico Operacional



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. – CEASA/RS

RESOLUÇÃO Nº 04/2021
ANEXO I

TABELA DE REFERÊNCIA

PAVILHAO	Nº – BOX – SETORES	GRUPOS
A1	01 ao 20 (sul)	I – VII e XI
A1	21 ao 40 (norte)	V
A2	00	II, X, XI
A3	01 ao 40	XVII (1.17.2)
A4	00	XVII (1.17.2)
A4	01 ao 10	I – VII e XI
A4	11 ao 20	XVII (1.17.2)
A4	21 ao 30	VII, VIII, IX, XI
A4	31 ao 40	XVII (1.17.4)
A4	00	XVII (1.17.4)
A4	01 ao 30	I, VII, XI
A5	01 ao 30	XVII (1.17.2)
A6	01 ao 30	XIX
A7	01 ao 30	XIX
A8	Central de Flores	VI
B1	01, 15	XVII (1.17.1)
B1	02 ao 04, 06, 16 ao 22 e 24	XVI
B1	25, 26	IV
B1	05, 07 ao 11, 14	XIV e XVII (1.17.5)
B2	01, 06 e 10	XV
B2	05	XVI
B2	08	XVII (1.17.1)
B2	02, 03, 04, 07	XV – Serv (CEASA/RS)
B5	01 ao 30	XIX
B6	01 ao 30	XIX
D1	01 ao 40	III, IV, VII, IX
D1	00	XVII (1.17.2)
D2	01 ao 40	III, IV, VII e IX
D2	00	XVI (1.17.2)
D3	01 ao 40	III, IV, VII e IX
D3	00	XVII (1.17.2)
D4	01 ao 40	XIX
D5	00	XVII (1.17.1)
E1	01	XVII (1.17.1)
E1	01 ao 10	XVII (1.17.4)
E1	11 ao 20 e 21 ao 30	XVII (1.17.4)
E1	31 ao 40	III, IV, VII, IX
E1	00	XVII (1.17.2)
E2	01 ao 07 e 34 ao 40	III, IV, VII e IX
E2	13 ao 20 e 21 ao 28	XVII (1.17.4)
E2	08 ao 12 e 29 ao 33	XI CIMI
E3	00	XVII (1.17.2)
E3	01 ao 14	XVII (1.17.2)
E3	15 ao 20 e 21 ao 30	III, IV, VII e IX
E3	32 ao 40	III, IV, VII e IX
F	01 ao 14	XX, (1.20.1)
GM-E4	01 ao 30	IX
GM-E5	01 ao 30	IX
GM-E6	01 ao 30	IX
GM-E7	01 ao 30	IX
E8	01 ao 40	XVII (1.17.4)
E9	01 ao 20	XVII (1.17.4)
E10	Total	XVII (1.17.5)
GNP	TOTAL	XIII
TC	01 ao 49	XVII
CUP	50	Carrinhos
CUP	00, 09, 17	XVII (1.17.1)
CUP	01 ao 08, 10 ao 16	XVI
POSTO	POSTO COMBUSTÍVEIS e DERIVADOS	XVI
L-Ext	Loja Externa Norte	IV, XIV e XV
Loja Sul	01 ao 07	

PI/SPI nº: 255, 22
Setor: 222
Fls. nº: 13, 10
DATA: 10/10/21
Nome e Rubrica: [Assinatura]

PI/SPI nº:	233 122
Sector:	CE
Fls. nº:	52
DATA:	13 / 10 / 2002
Nome e Rubrica:	[assinatura]



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S. A. - CEASA/RS

REGULAMENTAÇÃO GALERIAS

RESOLUÇÃO Nº 014/2002

A Diretoria da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S. A. - CEASA/RS usando de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social e o que prescreve o Regulamento de Mercado e;

Considerando a necessidade de regulamentação dos procedimentos de distribuição do número e localização das permissões das lojas (boxes), segundo a estrutura de setorização do Mercado da CEASA/RS.;

RESOLVE:


- 1) Regularizar as permissões que caracterizam as situações chamadas de GALERIAS, ou seja, a distribuição das permissões a uma Empresa Permissionária, em um pavilhão, de mesma estrutura de setorização, considerando a localização de uma loja (box) com frente sul e outro com frente norte;
- 2) As permissões que formam GALERIAS, somente serão concedidas quando se tratar de boxes situados em um pavilhão, com a mesma estrutura de setorização;
- 3) No limite máximo de boxes permitidos por permissionário, somente serão autorizadas galerias, por pavilhão, na condição de adjacência frontal e lateral;
- 4) O número máximo de boxes adjacentes lateralmente não pode exceder a 03 (três) unidades;

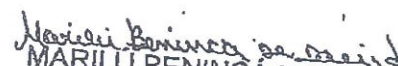
PI/SP nº:	233 / 22
Setor:	CEC
Fis. nº:	83
DATA:	13 / 10 / 22
Nome e Rubrica:	ef

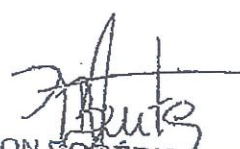


- 5) Todas as portas dos boxes devem estar em condições de serem abertas e ativas para comercialização;
- 6) A instalação de câmaras frias e quaisquer edificações, não pode implicar em barreiras para a viabilização da comercialização em todas as portas dos boxes que formam a galeria;
- 7) As edificações e câmaras frias construídas devem respeitar o limite do box individual, não podendo ser construídas edificações que ocupam mais de um box simultaneamente;
- 8) Quando da devolução dos boxes o permissionário deverá proceder a reconstituição das paredes na condição original ou o pagamento devido dos valores gastos no processo;
- 9) Somente serão liberadas as situações de galerias, para permissões permanentes;
- 10) O não cumprimento destas normas, implica o cancelamento do Termo Permissão Remunerada de Uso dos boxes que estão em desacordo com a presente Resolução.
- 11) Esta Resolução entre em vigor em 15/10/2002.
- 12) Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Alegre, 15 de Outubro de 2002.


ALVARO ROQUE KERN JUNQUEIRA
Diretor - Presidente


MARILU BENINCA DE DAVID
Diretora Administrativo Financeira


GERSON ROGÉRIO BEUTER
Diretor Técnico Operacional

PI/SPI nº:	233 122
Setor:	CE
Fls. nº:	54
DATA:	15 / 10 / 2008
Nome e Rubrica:	Pf



RESOLUÇÃO DE DIRETORIA Nº. 03/2008

A Diretoria da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL - CEASA/RS, usando das atribuições que lhe confere o Estatuto e considerando o que prescreve o Regulamento de Mercado;


CONSIDERANDO, a necessidade de procedermos a reformas das estruturas físicas internas e estruturais dos boxes: PISO INTERNO, PAREDES EM SITUAÇÃO DE RISCO, COBERTURA, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS;

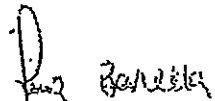
RESOLVE:

- 1) Para o caso de Permissionários, que detém Permissões remuneradas de Uso antigas, autorizar o estabelecimento de uma parceria onde a CEASA/RS fornece os materiais básicos, (exceto concreto usinado), para recuperação de adensamentos, rachaduras e infiltrações mediante laudo e fotos a serem providenciados pelo permissionário, anexados a um parecer da Gerop e autorização da Diretoria, sendo atribuição do permissionário os custos da mão-de-obra. No caso do concreto usinado, a CEASA/RS, poderá fazer a compra, repassando os custos para o permissionário;
- 2) Para o caso de futuros boxes que a CEASA/RS, colocará em Processo Licitatório, estes deverão ser entregues em perfeitas condições de ocupação, ou seja: **Contra piso nivelado; 1 (um) comando CD para disjuntor, 2 (duas) tomadas, 4 (quatro) pontos de luz, 1 (um) ponto para água, 1 (um) ponto para telefonia, instalações de esgoto em condições de uso e paredes sem rachaduras;**
 - 2.1 - Caso a situação financeira da CEASA/RS não permita a entrega dos boxes aos novos permissionários, em perfeitas condições, será facultado à direção da CEASA/RS uma parceria com os novos permissionários, mediante apresentação de laudo e fotos; a serem providenciados pelo permissionário, anexados a um parecer da Gerop e autorização da Diretoria. Quando os permissionários adquirem os materiais básicos, apresentarão as Notas Fiscais da reforma e a CEASA /RS, após análise dos custos, poderá compensar aos mesmos através de desconto em até 50% do TPRU nos recibos mensais do permissionário, até completar o valor do reembolso devido.
- 3) O permissionário deverá registrar sua pretensão por escrito, além de declarar estar de acordo com todos os termos desta Resolução, que após aprovada pela Diretoria, será colocada no cronograma de execução estabelecido pela ordem do protocolo.
- 4) A responsabilidade da retirada da calça proveniente destas obras é do Permissionário. Se por motivos extras tocar à CEASA /RS a retirada da calça, as despesas oriundas para a retirada das mesmas será descontada do Permissionário.
- 5) Esta Resolução anula e substitui a de nº. 07/98 e passa a vigorar a partir desta data.

Porto Alegre, 22 de Agosto de 2008.


ERNANI ROBERTO ACOSTA
 Dir. Adm./Financeiro


ELMAR ANDRÉ SCHNEIDER
 Dir. Presidente


LUIZ ALBERTO BARELLA
 Diretor Técnico/Operacional

PI/SPI nº:	233 / 22
Sector:	CE
Fls. nº:	55
DATA:	13 / 10 / 22
Nome e Rubrica:	ef



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S. A. - CEASA/RS

MERCADO ATACADISTA

RESOLUÇÃO Nº 011/2002

A Diretoria da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S. A. - CEASA/RS usando de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social e o que prescreve o Regulamento do Mercado o,

Considerando a necessidade de regulamentar a atividades de comercialização no Centro Incubador da Microempresa (CIM);

Considerando a necessidade de qualificar a comercialização de produtos hortigranjeiros no mercado atacadista da CEASA/RS;

Considerando a necessidade de criar mecanismos de evolução dos agentes envolvidos na comercialização, estimulando a formação de microempresas

Resolve:


- 1- O Centro Incubador da Microempresa (CIM) destina-se a comercialização dos produtos definidos para o setor conforme Resolução 03/2002 ou outra que vier a substituí-la
- 2- O CIM será operado por permissionários escolhidos por processo licitatório, realizado na forma da lei.
- 3- Execução do "item 2", a operação desses espaços no período que estiverem ociosos, compreendido entre a data de ocupação pelo permissionário e o tempo necessário para a realização dos procedimentos licitatórios para a escolha de um novo permissionário, onde estes espaços poderão ser operados por Autorizatórios pelo prazo inferior a 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período.
- 4- Os Autorizatórios ocupantes do CIM ingressos no GNP ou com cadastro novo deverão no prazo de 180 dias constituir-se como microempresa onde então poderão participar do processo licitatório e fixar-se no módulo pretendido.
- 5- As Autorizações de Uso para ocupação dos módulos do CIM obedecerão ao critério de sorteio em datas previamente definidas pela Administração.
- 6- Terminado o prazo estabelecido e não havendo a constituição da microempresa na forma da lei, a Autorização de Uso será automaticamente cancelada.
- 7- A situação das microempresas devidamente cadastradas deverá respeitar os limites jurídicos fiscais de acordo a legislação vigente.


PI/SPI nº:	233 / 22
Setor:	CE
Fls. nº:	56
DATA:	13 / 10 / 22
Nome e Rubrica:	PK



- 8- Os valores de faturamento serão calculados tendo como base os registros de ingresso, via nota fiscal e o preço mais comum aos produtos correspondentes baseado na cotação da CEASA/RS;
- 9- Os valores das Permissões e Autorizações de Uso serão calculados com base na Tabela de Tarifas, Preços e Outros Serviços instituída pela Administração;
- 10- Cada Permissionário poderá permissionar até 5 módulos, obedecida a condição de adjacência;
- 11- Cada Autorizatório poderá ocupar até 02 módulos, obedecida a condição de adjacência;
- 12- Os permissionários poderão comercializar produtos no CIM, de acordo com a RD 03/2002, com origem no Estado ou fora dele enquanto que os Autorizatórios somente poderão comercializar produtos do Estado;
- 13- Os Permissionários e Autorizatórios do CIM não poderão comprar produtos no Interior da CEASA/RS;
- 14- Os Autorizatórios do CIM não poderão comercializar simultaneamente em mais de um local na CEASA/RS;
- 15- Revogam-se as disposições em contrário e a RD 09/97;
- 16- Esta Resolução entrará em vigor no dia 06 de junho de 2002.

Porto Alegre, 06 de junho de 2002


 ÁLVARO ROQUE KERN JUNQUEIRA
 Diretor Presidente


 MARILU BENINCÁ DE DAVID
 Diretora Administrativo Financeira


 GERSON ROGÉRIO DEUTER
 Diretor Técnico Operacional

PI/SPI nº:	233 / 22
Sector:	Cet
Fls. nº:	57
DATA:	13 / 10 / 2022
Nome e Rubrica:	Pf



CEASA/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL
S.A.-CEASA/RS**

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA - Nº 003/16

A Diretoria da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.
- CEASA/RS, usando das atribuições que lhe confere o Estatuto Social ;

CONSIDERANDO, as diretrizes do Regulamento de Mercado artigos 47º§15 e §16 e ainda, 49º§4;

CONSIDERANDO, os eventos representados pelos **sinistros de incêndios** exemplares, ocorridos nos pavilhões "A1" , "A3" e "A2" e GNP(lancherias) , que representaram grandes prejuízos à Todos ;

CONSIDERANDO, os riscos **potenciais graves**, que representam o armazenamento de materiais inflamáveis e explosivos no interior das lojas e boxes;

CONSIDERANDO, as legislações referentes ao LTIP- Laudo Técnico de Inspeção Predial, do PPCI - Plano de Prevenção Contra Incêndios;

CONSIDERANDO, o resultado dos trabalhos da Comissão (Portaria - 001/15) Revisora do Sistema de Rateio das despesas da CEASA/RS.;

CONSIDERANDO, as reuniões realizadas com o Setor de Alimentação e a necessidade de definição de orientações, critérios e especificações, para o funcionamento do Setor, segundo os parâmetros expressos pelo Regulamento de Mercado;

RESOLVE:

1)-Determinar a **imediata retirada** de qualquer **equipamento e/ou material inflamável e/ou explosivo**, que represente riscos de incêndio e/ou explosões, do interior dos espaços e ambientes dos Pavilhões do Complexo;

2)-Proibir a manutenção de **cozinhas e/ou ambientes de produção de alimentos** no interior dos boxes e lojas do Complexo, excetuadas as Permissões de Uso que detém concessão para tal;

PI/SPI nº:	273 / 22
Setor:	Ca
Fls. nº:	58
DATA:	13 / 10 / 2022
Nome e Rubrica:	<i>[assinatura]</i>



CEASA/RS

2.1)-Os Permissionários que detêm concessão para manutenção de cozinhas (Lancherias e Restaurantes), terão **60(sessenta) dias**, para instalação das "**Centrais de Gás**", na forma da legislação e **PPCI** - Plano de Prevenção Contra Incêndios;

3)-As **Lancherias** dos corredores dos pavilhões **As, Ds e Es**, do interior do **GNP** e da pedrinha do "**GNP-E-2**", não poderão exercer suas atividade de produção de alimentos nestes locais, utilizando-se do insumo "**GÁS**", por não poderem instalar "**centrais de gás**". Assim sendo, deverão num prazo de **30(trinta)dias**, adaptar suas atividades, à equipamentos elétricos. Ficou acordado com o Setor, a liberação da instalação de **05(cinco) mesinhas** e **02(duas) banquetas** cada, em frente, junto a parede oposta à cada Lancheria de corredor. As lancherias do interior do **GNP** e **GNP-E2**, não poderão instalar mesas e banquetas.

3.1)-As mesas e banquetas, não poderão atrapalhar a circulação de carrinhos e Usuários pelos corredores, sendo que o tamanho padrão será definido pela Administração;

3.2)-As Permissões de Uso destas atividades, deverão ser as concedidas originalmente nos processos licitatórios, acrescidas da possibilidade de produção dos lanches denominados **baurus, xisburgeres, ovo e batatas fritas**.

3.3)-Não serão permitidas as instalações de qualquer outro tipo de equipamento, como por exemplo **balcões de auto serviços**;

4)-Para o caso dos **boxes e lojas**, na forma da **legislação**, serão permitidas instalações de pequenos refeitórios para os funcionários, sem a produção de alimentos nestes locais, excetuando-se a instalação de um **forno de micro ondas**, para aquecimento dos alimentos;

4.1)-Nos Boxes e Lojas ou qualquer outro lugar que não seja área específica para as permissões do Setor de Alimentação, **NÃO** serão permitidas instalações de "**cafeteiras comerciais**", ou qualquer outro equipamento que interfira ou afete o comércio do Setor de Alimentação;

4.2)-Nas lojas de "**Atacados de Alimentos**", somente serão permitidos o comércio na unidade de "**varejo**", de itens que não constem na relação de produtos do Setor de Alimentação e/ou das permissões de uso dos boxes/lojas comerciais;

4.2.2)-Nas lojas de "**Atacados de Alimentos**", somente será permitido o comércio de bebidas, na unidade de "**atacado**", não podendo ser instalados equipamentos de refrigeração para tal;

5)-A administração "**NÃO**", permitirá o ingresso de alimentação, que caracterize escala comercial de negócios(as **chamadas quentinhas, ou qualquer outra forma de embalagem**), exceção feita à alimentação individual do Usuário, transportada com Ele, quando do ingresso;

PI/SPI nº:	233	12
Sector:	ca	
Fls. nº:	59	
DATA:	13	10
Nome e Rubrica:	ef	



CEASA/RS

6)-Os Permissionários infratores e, sobretudo o Gestor, poderão ser responsabilizados, se não adotarem as medidas que estão sendo regulamentadas. Por isso, destacamos a relevância do seu cumprimento, caso contrário, a Administração será forçada a tomar as medidas previstas pelo Regulamento de Mercado, que poderão levar ao cancelamento da Permissão de Uso;

7)-A CIPA(Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da CEASA/RS. , já levantou todos os Locais, identificando uma série de riscos. O Setor de Mercado, através da Orientação de Mercado e mesmo a CIPA, estarão realizando um trabalho de conscientização e posteriormente de fiscalização e notificação, das situações desconformes e irregulares;

8) Esta Resolução de Diretoria, entra em vigor imediatamente, assim que assinada pela Diretoria e homologada pelo Conselho de Administração;

9) Revogam-se as disposições em contrário;

Porto Alegre, 05 de abril de 2016

Ernesto da Cruz Teixeira
Presidente

Ailton dos Santos Machado
Diretor Técnico/Operacional

Vanderlan Carvalho de Vasconcelos
Diretor Administrativo/Financeiro



RESOLUÇÃO DE DIRETORIA Nº 008/2011

REF.: NORMATIZAÇÃO DE PROCESSOS DE REMANEJO / PARCERIA

PI/SPI nº:	233 122
Setor:	CE
Fls. nº:	60
DATA:	18 / 10 / 2011
Nome e Rubrica:	[Assinatura]

A Diretoria da CEASA/RS – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A – CEASA/RS, usando das atribuições que lhe confere o Estatuto Social;

CONSIDERANDO o que prescreve o Regulamento de Mercado da CEASA/RS – Art. 4º -§2º;

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação das permissões de uso e das movimentações de usuários no complexo da CEASA/RS e em atendimento ao solicitado pela ASSUCERGS em reunião com a diretoria;

CONSIDERANDO, a necessidade de normatização dos processos de REMANEJO e PARCERIA dos usuários dessa Companhia;

RESOLVE:

Adotar rol de procedimentos, a fim de análise de concessão de qualquer movimento de usuários dentro do complexo CEASA/RS:

- 1- Resolução der todos os Processos Administrativos de cobrança pendentes na CEASA/RS;
- 2- Não possuir questões trabalhistas, onde a CEASA/RS seja chamada como co-responsável dos processos;
- 3- Estar em condições financeiras regulares com a CEASA/RS;
- 4- Submeter-se à avaliação mercadológica dos locais e, se for o caso, recomposição de valores junto à CEASA/RS, composta através de ata de acordo entre as partes.
- 5- Casos omissos e problemas, serão analisados pela diretoria para deliberação de decisão.
- 6- Esta resolução entra em vigor a partir desta data, revogando-se todas as decisões em contrário.

Porto Alegre, 16 de novembro de 2011.


Lotário José Viér
Diretor-Presidente


Paulo de Tarso Santanna Tavares
Diretor Adm./Financeiro


Gerson Madruga da Silva
Diretor Téc./Operacional